



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Física e Matemática
Departamento de Educação Matemática
Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática

Dissertação

**Livros Escolares de Aritmética que circularam na
Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1822-1889)**

Daiane de Almeida Schramm

Pelotas, 2024

Daiane de Almeida Schramm

**Livros Escolares de Aritmética que circularam na
Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1822-1889)**

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação Matemática.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Cezar Ripe da Cruz

Pelotas, 2024

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação da Publicação

S377I Schramm, Daiane de Almeida

Livros escolares de aritmética que circularam na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1822-1889)
[recurso eletrônico] / Daiane de Almeida Schramm ; Cruz, Fernando César Ripe da, orientador. — Pelotas, 2025.
87 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática, Instituto de Física e Matemática, Universidade Federal de Pelotas, 2025.

1. História da educação matemática. 2. Aritmética. 3. Província de São Pedro. I. da, Cruz, Fernando César Ripe, orient. II. Título.

CDD 510.7

Elaborada por Simone Godinho Maisonave CRB: 10/1733

Daiane de Almeida Schramm

**Livros Escolares de Aritmética que circularam na
Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1822-1889)**

Data da defesa: 16/12/2024

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Fernando Cezar Ripe da Cruz (PPGEMAT/UFPel) – Orientador

Prof. Dr. Antonio Mauricio Medeiros Alves (PPGEMAT/UFPel)

Prof^a. Dra. Circe Mary Silva da Silva Dynnikov (PPGEMAT/UFPel)

Prof^a. Dra. Giana Lange do Amaral (PPGE/UFPel)

Dedicatória

Dedico este trabalho ao meu marido e companheiro de todas as horas, Fábio, que sempre me apoiou. À minha mãe Daici, pelo suporte, e aos meus filhos Marina e Guilherme, que suportaram a minha ausência em diversos momentos, para que este trabalho pudesse ser realizado.

Agradecimentos

Ao professor e orientador Dr. Fernando Ripe, o meu sincero agradecimento pela orientação valiosa, amizade e confiança. E mais ainda, por ter acreditado em nosso projeto de pesquisa, pelas palavras de apoio e carinho. Espero que essa amizade prevaleça.

Aos queridos professores Dr. Antonio Mauricio Medeiros Alves, Dr^a Circe Mary Silva da Silva Dynnikov e Dr^a Giana Lange do Amaral por aceitarem o convite de participar da minha banca examinadora de defesa e pelas contribuições que fizeram ao longo desse trabalho, especialmente no momento da qualificação.

Aos colegas de mestrado, pelas trocas de ideias e leituras. Pelo apoio moral e auxílio ao compartilharem desse grande desafio.

À colega Elizangela Dummer por ter sido a minha “dupla” nessa caminhada, proporcionando momentos de distração, companheirismo e parceria.

Às colegas do setor de Biblioteca Patrícia, Simone e Raquel pelo incentivo nessa jornada.

E a Universidade Federal de Pelotas-UFPel, por me proporcionar esse ensino de forma gratuita e de qualidade.

Obrigada!

Resumo

SCHRAMM, Daiane de Almeida. **Livros Escolares de Aritmética que Circularam na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1822-1889)**. Orientador: Fernando Cezar Ripe da Cruz. 90f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Instituto de Física e Matemática, Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2024.

O estudo apresenta uma pesquisa realizada no campo da História da Educação Matemática a partir de temáticas relativas à circulação de impressos escolares no período Imperial brasileiro. Assim, tem como objetivo geral, analisar o processo de circulação de livros escolares de Aritmética na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul durante o período imperial (1822-1889). No estado do conhecimento buscou-se pesquisas (teses, dissertações e artigos) relacionadas às questões em torno desta investigação. Desse empreendimento, foram identificados, ao final, 24 livros escolares, de 19 autores, editados principalmente na Província, predominantemente nas cidades de Porto Alegre e Pelotas. Essas obras foram localizadas em sites como o da Hemeroteca Digital, anúncios em periódicos da época, notícias de casas editoriais da Região, assim como foi realizada busca em bibliotecas físicas como a Biblioteca Pública de Pelotas, Biblioteca Pública de Rio Grande, CEDOC- Centro de Estudos e Investigações em História da Educação, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Biblioteca Pública do Rio Grande do Sul. Quanto aos autores, esses eram figuras de notório saber, na maioria professores de “aulas avulsas” ou de escolas de instrução pública ou particulares. De modo geral, eles produziam livros, cartilhas, compêndios ou manuais que serviam, inicialmente, como texto base para o ensino de aritmética para seus alunos ou outros professores. As tipografias, nas quais eram impressos os jornais, eram as mesmas responsáveis pela produção desses livros. A tiragem era pequena e os livros eram vendidos em armazéns e boticas, junto a outras mercadorias. Lentamente, com a organização do ensino, quer seja por iniciativa do Império, quer seja por iniciativa particular, houve um aumento na variedade e tiragem dos livros escolares. Ao todo, foram identificados 11 estabelecimentos, entre tipografias e editoras que produziram e comercializaram as obras identificadas. Desses, nove localizavam-se na Província, uma em Portugal e outra no Rio de Janeiro. Outro aspecto que vale menção é o fato de os livros produzidos nesse período terem passado por uma mudança quanto ao objetivo, se inicialmente tinham como foco o professor, passaram a ser elaborados com o aluno como objetivo, uma vez que passaram a incluir exercícios que tinham como foco o aprendizado. Em conformidade com nosso principal referencial teórico Alain Choppin, concluímos que o livro escolar é um produto cultural derivado de avanços das técnicas de produção, das mudanças no universo editorial, dos cenários econômicos, da natureza política e legislativa. Nesse cenário, acredita-se o livro escolar começou a ser valorizado e popularizado nos períodos subsequentes à análise aqui empreendida.

Palavras-chave: história da educação matemática; aritmética, Província de São Pedro.

Abstract

SCHRAMM, Daiane de Almeida. **Arithmetic School Books Circulating in the Province of San Pedro do Rio Grande do Sul**. Advisor: Fernando Cezar Ripe da Cruz. 2024. 90f. Dissertation (Master in Mathematics Education) – Postgraduate Program in Mathematics Education, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2024.

The study presents research carried out in the field of History of Mathematics Education based on themes related to the circulation of school printed matter in the Brazilian Imperial period. Thus, its general objective is to analyze the circulation process of Arithmetic school books in the Province of São Pedro do Rio Grande do Sul during the imperial period (1822-1889). In the state of knowledge, research (theses, dissertations and articles) related to the issues surrounding this investigation was sought. In the end, 24 schoolbooks were identified from this project, by 19 authors, published mainly in the Province, predominantly in the cities of Porto Alegre and Pelotas. These works were located on websites such as Hemeroteca Digital, advertisements in periodicals of the time, news from publishing houses in the Region, as well as a search in physical libraries such as the Pelotas Public Library, Rio Grande Public Library, CEDOC- Centro de Studies and Investigations in History of Education, Public Archive of the State of Rio Grande do Sul, Public Library of Rio Grande do Sul. As for the authors, they were figures of renowned knowledge, most of them teachers of “individual classes” or instructional schools public or private. In general, they produced books, primers, compendia or manuals that served, initially, as a base text for teaching arithmetic to their students or other teachers. The printing presses, in which newspapers were printed, were the same ones responsible for producing these books. The circulation was small, and the books were sold in warehouses and apothecaries, along with other merchandise. Slowly, with the organization of education, whether on the initiative of the Empire or on a private initiative, there was an increase in the variety and circulation of schoolbooks. In total, 11 establishments were identified, including printers and publishers that produced and sold the identified works. Of these, nine were located in the Province, one in Portugal and one in Rio de Janeiro. Another aspect worth mentioning is the fact that the books produced during this period underwent a change in objective, from initially focusing on the teacher, they began to be prepared with the student as the objective, as they began to include exercises that had focus on learning. In accordance with our main theoretical reference Alain Choppin, we conclude that the schoolbook is a cultural product derived from advances in production techniques, changes in the publishing universe, economic scenarios, political and legislative nature. In this scenario, it is believed that schoolbooks began to be valued and popularized in the periods subsequent to the analysis undertaken here.

Keywords: history of mathematics education; arithmetic; Province of São Pedro; Brazil.

Lista de Quadros

Quadro 02 - Relações de dissertações e teses com temáticas similares à desta pesquisa	20
Quadro 03 - Artigos e textos completos em periódicos e em anais de congressos, com temáticas similares a esta pesquisa	23
Quadro 04 - Relação de obras de Aritmética que circularam na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul 1822-1889.....	45
Quadro 05 - Relação das obras e respectivas editoras.....	73

Lista de Figuras

Figura 01 - O Circuito das Comunicações de Darnton	40
Figura 02 - Distribuição dos Livros escolares por década (1822-1889)	46
Figura 03 - Frontispício do livro <i>Exposição dos elementos d'aritmética para uso dos estudantes do Colégio de S. Bárbara</i>	48
Figura 04 - Frontispício o livro de Antonio Luis Soares	51
Figura 05 - Frontispício do livro <i>Elementos de Arithmetica</i>	55
Figura 06 - Fronstispício do livro <i>Arithmetica para meninos</i>	56
Figura 07 - Cartas-parecer do livro <i>Primeira Arithmetica para meninos</i>	57
Figura 08 - Frontispício da Segunda Arithmetica para Meninos.....	58
Figura 09 - Frontispício do livro <i>Elementos de Arithmetica</i>	60
Figura 10 - Frontispício do livro <i>Elementos de Arithmetica</i>	62
Figura 11 - Anúncio no jornal <i>A Federação</i> , em 1886	62
Figura 12 - Anúncio no jornal <i>A Federação</i> , em 1886	63
Figura 13 - Anúncio no jornal <i>A Federação</i> em 1887	64
Figura 14 - Anúncios de livros à venda em estabelecimentos comerciais publicados, no jornal “A Federação”, na década de 1840	69
Figura 15 - Anúncios de livros à venda em livrarias, publicados no jornal “A Federação”, na década de 1840.	71

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Resultados da Revisão Sistemática de Literatura na BDTD	19
--	----

Lista de Abreviaturas e Siglas

ALM - Agência da Lagoa Mirim

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

BOCEHM - Boletim Cearense de Educação e História da Matemática

BOLEMA - Boletim de Educação Matemática

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CIAEM - Conferência Interamericana de Educação Matemática

FURG - Universidade Federal do Rio Grande

FFLCH - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

HISTEMAT - Revista de História da Educação Matemática

IES - Instituição de Ensino Superior

MPEFM - Mestrado Profissionalizante em Ensino de Física e Matemática

PABAE - Programa de Assistência Brasileiro-Americana para o Ensino Elementar

PNLD - Programa Nacional dos Livros Didáticos

PPG - Programa de Pós-Graduação

PPGE - Programa De Pós-Graduação em Educação

PPGEM - Programa de Pós-graduação em Educação Matemática

PPGMAT - Programa de Pós-graduação em Matemática

UASP - Universidade Anhanguera de São Paulo

UNESP - Universidade Estadual Paulista

UF - Universidade Franciscana

UFP - Universidade Federal da Paraíba

UFPeI - Universidade Federal de Pelotas

USP - Universidade de São Paulo

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 LEVANTAMENTO DE TRABALHOS SOBRE LIVROS ESCOLARES DE ARITMÉTICA E O PANORAMA DO ENSINO NO PERÍODO IMPERIAL	18
2.1 O Contexto Educacional da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.....	32
3 O LIVRO ESCOLAR: UM ESTUDO NO CAMPO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA	38
3.1 O Livro Escolar.....	38
3.2 Circulação de Livros.....	39
3.3 Autores dos Livros que Circularam no Período	47
4 PANORAMA EDITORIAL NA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL.....	66
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
Referências	79

1 INTRODUÇÃO

Pesquisar livros é um impulso valioso que pode enriquecer significativamente a vida de uma pessoa. A pesquisa de livros não apenas amplia o conhecimento, mas também proporciona uma jornada intelectual enriquecedora. Desde pequena eu tinha o hábito de ler histórias em quadrinhos (gibis) e; mais crescida, a leitura nos livros da doutrina espírita e de história, adquiridos por minha mãe.

Com o passar do tempo, meu fascínio pelos livros e por sua organização de forma sistematizada foi ampliada. Tanto que, em 2004, realizei o vestibular para o curso de Bacharel em Biblioteconomia na Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Após colar grau, em 2008, fui contratada pela Agência de Desenvolvimento da Lagoa Mirim (ALM), da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), na qual gerenciei um acervo técnico composto por mapas, projetos de barragens e fotografias aéreas. Já em 2010, por meio de concurso público, assumi o cargo de Bibliotecária-documentalista da Universidade Federal de Pelotas.

Desta forma, trabalhar com livros, além de uma paixão, tornou-se uma atividade cotidiana. Nesse momento, a possibilidade de realizar pesquisa sobre o tema na Pós-Graduação está me proporcionando uma oportunidade de expansão do conhecimento.

A pesquisa de livros pode ser motivada pelo desejo de enfrentar desafios intelectuais. Livros complexos e desafiadores proporcionam uma oportunidade para o desenvolvimento do pensamento crítico e análise profunda. Além disto, é uma maneira eficaz de cultivar o hábito de aprendizado contínuo. Cada livro é uma porta de entrada para novas ideias, perspectivas e informações, proporcionando oportunidades constantes de expansão do conhecimento.

Como bibliotecária, percebo que os livros abrangem uma vasta gama de temas e gêneros. A motivação para pesquisar livros muitas vezes decorre do desejo de explorar interesses específicos, sejam eles relacionados à ficção, não ficção, história, ciência, filosofia ou qualquer outro campo e assim contribuir significativamente para o desenvolvimento pessoal. Não obstante, fazer a identificação e análise de livros publicados em um pretérito mais distante, dentro de um universo de obras escolares, torna-se uma tarefa um tanto desafiadora, a qual eu me lanço e agora me ponho à avaliação.

Destaco inicialmente neste estudo, Alain Choppin é um historiador francês, especialmente conhecido por suas contribuições à história dos livros e dos manuais escolares. Ele foi pesquisador do Institut National de Recherche Pédagogique (INRP) e dedicou-se ao estudo dos manuais didáticos, analisando como esses materiais influenciaram e moldaram a educação e o imaginário social ao longo do tempo. Sua principal contribuição foi mapear e entender a evolução dos livros escolares, revelando a importância desses documentos para a história da educação e a transmissão de valores culturais (Bittencourt, 2014).

Segundo Choppin (2004), após muitos anos negligenciada, a história dos livros escolares tem suscitado interesse entre os pesquisadores, passando a se constituir em um domínio de pesquisa, notadamente, aplicado nos últimos 50 anos.

Nesse sentido, ainda conforme o mesmo autor, existem dificuldades pertinentes ao objeto de pesquisa, dentre as quais a própria definição do objeto (livro escolar), e o caráter relativamente recente do campo de pesquisa, marcado pela escassez e parcialidade das obras de síntese (Choppin, 2004). Embora tenha havido um crescimento quantitativo da produção científica sobre livros escolares, incluindo estudos sobre manuais escolares, esses, no entanto, não esgotaram o assunto (Choppin, 2004). Por exemplo, no âmbito global, no século XIX, os Estados nacionais, recentemente constituídos à época, buscavam um papel de destaque na formação das novas gerações. Nesse contexto, o livro escolar tornou-se um símbolo da soberania nacional. As antigas colônias adotaram ou se inspiraram em modelos educativos europeus e passam a regulamentar e controlar a elaboração, a produção, a distribuição e o uso das obras (Choppin, 2004).

No Brasil, em particular, isso não se deu de maneira diferente. Em 1822, a partir da Proclamação da Independência, iniciou-se uma tentativa, ainda que pouco efetiva, de formação da identidade da população ligada à monarquia, com o estabelecimento

das incipientes Escolas de Primeiras Letras, até a criação de cursos superiores. Nessa perspectiva, o processo educativo seria uma espécie de horizonte de expectativa para a organização da sociedade, por meio da disseminação de valores e normas de comportamento, tendo a escola como principal instituição difusora (Fonseca, 2019).

Sendo assim, a concepção do livro escolar inseriu-se em um ambiente pedagógico e em um contexto regulador característico das produções escolares (edições estatais, procedimentos de aprovação prévia, liberdade de produção etc.) (Choppin, 2004).

A matemática, em especial, era vista como uma disciplina fundamental para a formação do intelectual e estava, relativamente, presente tanto em situações do cotidiano – por exemplo, aquelas que envolviam cálculo monetário e medições – como na educação escolarizada do Império.

Embora no período Imperial brasileiro tenha havido uma preocupação com a instrução elementar, poucos trabalhos abordaram de forma mais sistemática a circulação dos livros escolares utilizados na escolarização nesse período. Como corrobora Anjos (2019), tendo como base o que afirmam Gondra e Schueler (2008), a historiografia da educação sobre ele foi marcada pelo vazio, mas que, mais recentemente, tem havido um novo olhar de interesse sobre o período, encarando-o como um período rico em iniciativas e práticas educativas.

Desta forma, com relação ao estudo do livro escolar no Brasil, percebe-se a oportunidade de contribuir com as discussões no campo da História da Educação Matemática relativas aos processos de ensino da matemática em contextos socioculturais passados. Em especial daqueles desenvolvidos por meio de livros escolares de aritmética que circularam na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, no período do Brasil Império (1822-1889). Além disto, esta pesquisa se justifica, por uma lacuna historiográfica, a partir de uma atenta revisão sistemática de estudos nas principais bases de dados Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD, Portal de Periódicos da Capes, na qual há uma lacuna historiográfica para os livros de matemática, conforme demonstrado no capítulo 2, deste trabalho.

Assim, considerando a relevância do tema e a oportunidade da realização de novos estudos que ampliem o conhecimento sobre o ensino de matemática no período analisado, a seguinte questão de pesquisa se apresenta: **como se deu o processo de produção e circulação de livros escolares de aritmética na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul no período do Império?**

A fim de responder propriamente à questão geral de pesquisa supracitada, apresenta-se o seguinte objetivo geral: **analisar o processo de produção e circulação dos livros escolares de Aritmética na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul no período do Império (1822-1889).**

Esse objetivo geral, por sua vez, foi desdobrado nos seguintes objetivos específicos:

- a) identificar as obras de aritmética que circularam no período de interesse;
- b) relacionar seus respectivos autores e editoras;
- c) compreender a forma de produção e distribuição dos livros escolares;
- d) historicizar uma ideia sobre o processo de circulação de livros escolares adaptada ao horizonte teórico e pertinente ao processo investigado.

Vale lembrar que uma pesquisa bibliográfica é um tipo de investigação que utiliza materiais já publicados, como livros, artigos científicos, teses, dissertações e documentos oficiais, para fundamentar e contextualizar um tema específico. Esse método permite identificar, analisar e interpretar teorias, conceitos e abordagens que já foram discutidos sobre o assunto, auxiliando o pesquisador a compreender melhor o campo de estudo, as lacunas e as discussões teóricas existentes (Sousa; Oliveira; Alves, 2021; Lakatos e Marconi, 2003).

Segundo Fonseca (2002), a pesquisa bibliográfica, é realizada

[...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (Fonseca, 2002, p. 32).

A pesquisa bibliográfica é predominantemente realizada no ambiente acadêmico e visa aprimorar e atualizar o saber, por meio de uma análise científica de trabalhos já publicados (Sousa; Oliveira; Alves, 2021).

Por sua vez, a análise documental aplicada às investigações históricas é um método de pesquisa que examina fontes, como documentos oficiais, cartas, relatórios, diários, registros institucionais, fotos e outros materiais de época. O objetivo é interpretar essas fontes para entender o contexto, práticas sociais e representações culturais do período estudado. Na história, esse método é crucial para explorar as relações de poder, valores, crenças e ações sociais que moldaram eventos e

instituições, oferecendo uma visão crítica e contextualizada das estruturas e transformações do passado (Pimentel, 2001).

Assim, por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental em bases de dados e repositórios digitais, buscou-se realizar um levantamento mais específico dos livros e manuais escolares publicados. Para isso, circunscrevemos como espaço de interesse a divulgação de obras na Província de São Pedro, durante o período Imperial brasileiro, tendo como base algumas fontes secundárias (teses, dissertações e artigos científicos), com a finalidade de melhor identificar e caracterizar a circulação dessas publicações no período de interesse.

Dito isso, esse trabalho, por sua vez, apresenta convergência teórica e metodológica com o que Choppin (2004) afirmou ser uma das motivações para a pesquisa do livro escolar, qual seja o interesse em criar ou recuperar uma identidade cultural, devido a acontecimentos como a descolonização, por exemplo. Deve-se valorizar, também, as relevantes funções que os livros escolares desempenham e que tornam essa pesquisa de relevância para a pesquisa em história da educação matemática (Choppin, 2004):

- a) função referencial: se constitui no suporte dos conteúdos educativos, um depositário de conhecimentos, técnicas ou habilidades que se julga necessário transmitir às novas gerações;
- b) função instrumental: põe em prática métodos de aprendizagem, que buscam apoiar a memorização de conteúdos, favorecendo a aquisição de competências disciplinares ou transversais etc.;
- c) função ideológica e cultural: a partir do século XIX, com a constituição dos estados nacionais, o livro escolar representou um importante vetor da língua, da cultura e dos valores das classes dirigentes. Essa função, que tende a aculturar, ou mesmo doutrinar as novas gerações, de forma explícita ou implícita;
- d) função documental: o livro escolar pode fornecer um conjunto de documentos, textuais ou icônicos, cuja observação ou confrontação podem vir a desenvolver o espírito crítico do aluno.

Por fim, esta pesquisa sobre livros escolares aborda o objeto de pesquisa como um produto fabricado, comercializado, distribuído, consumido e avaliado em um contexto específico, no qual o pesquisador está atento ao livro e ao ambiente no qual

foi concebido, produzido, distribuído, utilizado e recebido, em detrimento de seus conteúdos.

Todavia, é importante realçar que o uso do termo "livro escolar" para o século XIX pode ser considerado anacrônico porque, na época, esses materiais não possuíam o mesmo conceito, propósito e padronização que os caracterizam hoje. No século XIX, os materiais educativos eram, em grande parte, manuais, cartilhas e compilações de conhecimentos adaptadas por professores e escolas individuais, sem a estrutura e objetivos sistemáticos que definem o livro escolar moderno. Essa sinonímia é explicada por Lepick, Cunha e Moraes (2018). O conceito atual de livro escolar como um recurso pedagógico estruturado e amplamente distribuído, destinado a apoiar currículos e com ampla regulamentação, começou a se consolidar apenas no século XX. Assim, a partir desse momento, utilizaremos como forma padrão o termo "livro escolar".

Esta dissertação está estruturada em 5 capítulos. O capítulo 1, traz a introdução, a motivação da pesquisadora, que a impulsionou ao desenvolvimento da presente pesquisa, além de apresentar o problema de pesquisa, questão de pesquisa, objetivo geral e específicos, que se pretende atingir.

O Capítulo 2, apresenta os resultados de uma revisão sistemática de literatura, realizada com o objetivo de identificar trabalhos, como teses, dissertações e artigos científicos, produzidos sobre o tema desta pesquisa bem como um panorama sobre o ensino no Brasil Império, período de interesse deste trabalho e, especificamente, o contexto do ensino na Província de São Pedro, na mesma época.

Já o Capítulo 3 trata do livro escolar, objeto de análise dessa pesquisa e do conceito de circulação, identificando os diversos atores que participam desse processo.

O Capítulo 4 apresenta o panorama editorial na Província de São Pedro e identificando anúncios, tipografias e editoras da época.

Por fim, o Capítulo 5 apresenta as principais considerações do trabalho, buscando demonstrar como se atingiu os objetivos propostos. Além disso, são propostas sugestões para trabalhos futuros.

2 LEVANTAMENTO DE TRABALHOS SOBRE LIVROS ESCOLARES DE ARITMÉTICA E O PANORAMA DO ENSINO NO PERÍODO IMPERIAL

Uma revisão sistemática de estudos é uma metodologia que reúne, avalia e sintetiza pesquisas relevantes sobre uma questão específica, seguindo critérios explícitos e replicáveis (Gough; Oliver; Thomas, 2012). No contexto, dessa pesquisa, desenvolvida, no campo da História da Educação Matemática, a revisão sistemática é essencial para mapear as pesquisas que possuem temática semelhante ou próximas à circulação de livros de aritmética durante o período imperial brasileiro. Por meio dessa metodologia, buscamos identificar a existência de certos padrões, contextos de uso, influências culturais e econômicas, e a relação desses livros com as práticas pedagógicas e com as políticas educacionais da época.

A fim de contextualizar a pesquisa acerca de livros escolares de aritmética, foi realizado um Levantamento Sistemático dos trabalhos acadêmicos publicados. Os sites consultados foram o da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD e o Portal de Periódicos da Capes, pois, como salientam Lopes e Galvão (2010, p. 89), “[...] o passo inicial para qualquer pesquisa é fazer um amplo levantamento bibliográfico em bibliotecas e sites de buscas de trabalhos acadêmicos”.

A busca destas produções acadêmicas deu-se em sites e bancos de trabalhos científicos, em maio de 2023, com a utilização de palavras-chave atreladas à pesquisa, os descritores de busca. Nessa procura foram encontradas publicações referentes à pesquisa, entre artigos científicos em periódicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado. A sistematização dos trabalhos recuperados foi feita a partir da leitura dos títulos, resumos e principais ideias dos textos.

Quanto aos critérios de seleção dos trabalhos, primeiramente, foram excluídos os trabalhos com títulos repetidos. Em um segundo momento, foi realizada a leitura dos resumos e excluídos os trabalhos que não abordavam sobre Livros escolares,

Ensino, Aritmética e Matemática. Desta forma, foi feito um resumo dos principais trabalhos finalmente selecionados.

Cabe salientar que podem, ainda, existir outras pesquisas, mas que não foram encontradas pelos descritores ou não estão disponíveis nessas bases, por serem anteriores às mesmas. A partir do levantamento do estado da arte/estado do conhecimento, são apresentados os principais trabalhos acadêmicos já produzidos, que poderão contribuir com estudos voltados para o tema. No site da BDTD, realizou-se uma busca avançada com o grupo de palavras-chave que resultou nos dados apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 - Resultados da Revisão Sistemática de Literatura na BDTD

Tipo de trabalho	Encontrados	Selecionados
Dissertações	83	05
Teses	28	03
Artigos	22	13
Total	133	21

Fonte: Autora (2023).

Conforme a tabela 1, dos 133 trabalhos localizados, 21 trabalhos foram selecionados para análise, visando contribuir com a pesquisa.

O Quadro 02 apresenta, de forma resumida, as dissertações e as teses encontradas, e as seleções por afinidades decorrentes ao tema Livros escolares de Matemática, que, na sequência do texto, são justificadas.

Os trabalhos são apresentados no Quadro 02, com a indicação do ano, do tipo de trabalho – Dissertação (D) ou Tese (T) – título, autor, Programa de Pós-graduação (PPG) e Instituição de Ensino Superior (IES), além do orientador do trabalho. Em seguida, apresenta-se, em ordem cronológica, um resumo dos pontos mais relevantes das oito teses/dissertações selecionadas na busca da BDTD.

Quadro 02 - Relações de dissertações e teses com temáticas similares à desta pesquisa

Ano	D/T	Título	Autor	PPG/IES	Orientador
1993	T	Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar	Bittencourt, Circe Maria Fernandes	FFLCH/USP	Glezer, Raquel
2005	T	Uma história da matemática escolar desenvolvida por comunidades de origem alemã no Rio Grande do Sul no final do século XIX e início do século XX	Mauro, Suzeli	PPGMAT/UNESP	Nobre, Sergio Roberto
2006	D	O livro e os recursos didáticos no ensino de Matemática	Ramos, Fernando Carvalho	MPEFM/UF	Rays, Oswaldo Alonso
2007	D	O uso do livro didático de matemática por professores do ensino fundamental	Oliveira, Esmeralda Maria Queiroz de	PPGE/UFP	Lisboa, Gilda Guimarães
2009	D	"Primeira arithmetica para meninos" e a constituição de masculinidades na província de São Pedro do Rio Grande do Sul	Hilzendegeer, Maria Aparecida Maia	PPGE/UFRGS	López Bello, Samuel Edmundo
2012	D	Da Corte à Província, do Império à República, do Colégio Pedro II ao Liceu de Goiás: dinâmicas de circulação e apropriação da matemática escolar no Brasil, 1856-1918	Maciel, Viviane Barroso	PPGEM/UFMG	Pais, Luiz Carlos
2020	D	Livros didáticos de aritmética na imigração italiana do Rio Grande do Sul (1875 – 1905)	Bertholdo, Delma Tânia	PPGEM/UFRGS	Dalcin, Andréia

Fonte: Autora (2023).

Bittencourt (1993) afirma, no contexto de sua tese, que o livro escolar desempenha um papel fundamental na concretização dos projetos educacionais. Esse modelo de impresso foi se transformando em uma importante mercadoria das empresas editoriais e do Estado. A partir da confecção dessa materialidade, na qual pode identificar os inúmeros agentes que interferiam em sua composição, buscou identificar como este objeto cultural era usado por professores e alunos nos diferentes espaços escolares, detectando as questões que envolveram o processo de ensino e aprendizagem do período.

A tese de Mauro (2005) resultou de um estudo histórico da trajetória de construção e organização do saber escolar em matemática nas escolas teuto-brasileiras, fundadas em fins do século XIX e início do século XX, no Rio Grande do Sul. Os imigrantes alemães utilizam os livros enviados da Alemanha até a década de 1970. As igrejas católica e evangélica tinham o comando de um sistema editorial, destinado a promover um processo de homogeneização da formação docente e do trabalho escolar.

Ramos (2006) analisa o processo de ensino-aprendizagem nos livros didáticos de matemática (5ª a 8ª séries do ensino fundamental) do Programa Nacional dos Livros Didáticos-PNLD no que se refere a citações de recursos didáticos (RD). Através de uma ficha bibliográfica foi feita a análise dos livros.

Oliveira (2007) trata da importância do livro didático na história da educação escolar. Sua pesquisa investigou como professores do 2º ano do 2º ciclo que lecionam na Rede Municipal de Ensino do Recife utilizam o livro didático de matemática.

Com o objetivo de identificar e analisar os discursos da masculinidade do escritor José Theodoro de Souza Lobo no livro escolar "*Primeira Arithimética, Para Meninos*", Hilzendeger (2009) busca realizar uma análise de aspectos do conteúdo desenvolvido. A mulher era inferiorizada, enquanto existia um fortalecimento de uma educação diferenciada para meninos, problematizando as significações criadas sobre "modos de ser menino" dados como normais, corretos, naturais, únicos.

Maciel (2012), em sua dissertação, explica a circulação e apropriação dos saberes matemáticos na relação que articula o ensino secundário do Liceu de Goiás e do Colégio Pedro II, no período compreendido entre 1856 e 1918. A autora preocupa-se em descobrir que matemática se constitui e se utilizou no ensino em Goiás. As fontes de pesquisa histórica usadas foram o arquivo escolar do Liceu de Goiás como atas de exame, provas realizadas pelos alunos, livros de matrículas, regulamentos,

livro de registro de professores e, ainda, livros didáticos de matemática, revistas pedagógicas, relatórios de governantes e legislações de ensino.

Bertholdo (2020) buscou pesquisar, identificar e analisar quais livros didáticos de aritmética circularam nas escolas étnicas da região de colonização italiana do Rio Grande do Sul no período inicial da imigração (1875 a 1905) e como os conteúdos aritméticos se relacionavam com o que era ensinado à época, tanto no Rio Grande do Sul como na Itália. Quais livros didáticos de aritmética circularam nas escolas étnicas da região de colonização italiana no Rio Grande do Sul no período inicial da imigração (1875 a 1905), como eram esses livros, que saberes matemáticos estavam presentes e como eram abordados, quem eram os autores e como tais livros se articulavam com os programas curriculares italianos e do Rio Grande do Sul.

Com relação aos artigos selecionados, o Quadro 03, a seguir, apresenta o resultado do levantamento realizado.

Quadro 03 - Artigos e textos completos em periódicos e em anais de congressos, com temáticas similares a esta pesquisa

Ano	Autor(es)	Título	Disponível em
2010	Pais, Luis Carlos	Traços históricos do ensino da aritmética nas últimas décadas do século XIX: livros didáticos escritos por José Theodoro de Souza Lobo	Revista Brasileira de História da Matemática
2011	Costa, David Antonio da	Aritmética escolar pelos livros didáticos dos grupos escolares de São Paulo: final do século XIX, início do século XX	Revista Diálogo Educacional
2011a	Costa, David Antonio da	Análise da Primeira Arithmetica para meninos de José Theodoro de Souza Lobo	CIAEM
2013	Silva, Maria Célia Leme da Valente, Wagner Rodrigues	Aritmética e geometria nos anos iniciais: o passado sempre presente	Revista Educação em Questão
2014	Silva, Circe Mary Silva da	Friedrich Bieri e a matemática para o ensino primário nas escolas teuto-brasileiras	Anais do Seminário Temático
2015	Silva, Circe Mary Silva da	Transferências e apropriações de saberes: Friedrich Bieri e a matemática para o ensino primário	Revista História da Educação
2016	Silva, Circe Mary Silva da	A escola normal na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e os saberes matemáticos para futuros professores (1869-1889)	HISTEMAT
2017	Vieira, Alboni Marisa Dudeque Planovski Fischer, Velcidina Rodrigues Chagas	A Aritmética nos Cadernos de Classe do Ensino Primário dos Hornburg (1950-1968)	REVEMAT
2018	Alves, Antonio Mauricio Medeiros	Livros didáticos integrados para o ensino primário gaúcho: uma análise da abordagem das operações aritméticas da soma e subtração (1960-1978)	Jornal Internacional de Estudos em Educação Matemática
2019	Carzola, Irene Maurício Santana, Eurivalda Ribeiro dos Santos Utsumi, Miriam Cardoso	O campo conceitual da média aritmética: uma primeira aproximação conceitual	REVEMAT
2019	Silva, Circe Mary Silva da	Noções de Geometria Prática de Vasco de Araujo e Silva	VYDIA
2020	Correia, Nickson Deyvis da Silva Santos, Viviane de Oliveira	Algebra e Aritmética em livros didáticos de 1879 a 1995: uma possível abordagem usando a geometria	BOCEHM
2021	Pinheiro, Nara Vilma Lima	"Um Livro Sob Medida Como Instrumento Do Ensino De Aritmética Na Escola Primária."	BOLEMA

Fonte: Autora (2023).

O artigo intitulado: “Traços históricos do ensino da Aritmética nas últimas décadas do século XIX: livros didáticos escritos por José Theodoro de Souza Lobo”, o autor Pais (2010), tem o interesse de analisar elementos históricos da Aritmética elementar escrito pelo escritor e professor gaúcho. A intenção da pesquisa foi de revelar traços da cultura escolar na qual as práticas prescritas pelo autor estavam inseridas no século XIX. Com dois livros escolares escritos pelo referido autor, intitulados Segunda Aritmética para Meninos e Primeira Aritmética para Meninos é analisar as disciplinas escolares no campo da história da educação matemática. Souza Lobo era um defensor de uma abordagem formalista, o autor sugere uma mudança na ordem de apresentação dos tópicos de Aritmética em comparação com os padrões estabelecidos em outras obras. Nos dois livros, a introdução aos números decimais ocorre antes do estudo das frações ordinárias, com o objetivo de preparar os estudantes para compreender o sistema métrico decimal, cuja adoção foi decretada em 1862 e regulamentada na década subsequente.

No artigo “Aritmética escolar pelos livros didáticos dos grupos escolares de São Paulo: final do século XIX, início do século XX”, Costa (2011) apresenta um estudo no Estado de São Paulo sobre o ensino de Aritmética no ensino primário. A pesquisa foi feita utilizando como fontes privilegiadas, os manuais de aritmética que circulavam na época. Foram escolhidos quatro títulos que ilustram alguns aspectos metodológicos e conceitos do ensino de aritmética.

Também de autoria de Costa (2011), o artigo “Análise da Primeira Arithmetica para meninos de José Theodoro de Souza Lobo” apresenta uma análise descritiva da obra Primeira Arithmética para meninos de José Theodoro de Souza Lobo. No campo da História das Disciplinas Escolares foi usado como referencial teórico Chervel (1990) e no campo da História do Livro Didático Choppin (2008). Este artigo analisa a discussão de Souza Lobo sobre o conceito de número e identifica este livro escolar como pertencente a um grupo de livros de aritmética clássicos ou tradicionais.

No artigo de Silva e Valente (2013) “Aritmética e geometria nos anos iniciais: o passado sempre presente” o artigo faz uma análise da Matemática no Ensino Fundamental I. Apresenta resultados de um grupo de pesquisadores de educação matemática que avaliam em sua pesquisa documentos como programas de ensino, livros escolares, manuais pedagógicos. O artigo ainda adota como referencial-teórico Roger Chartier voltado para a História Cultural e André Chervel no âmbito da História das Disciplinas.

Neste artigo “Friedrich Bieri e a matemática para o ensino primário nas escolas teuto-brasileiras”, Silva (2014) faz uma análise da obra de Friedrich Bieri (1844-1924), suíço que emigrou para o Brasil no século XIX. Friedrich Bieri foi o precursor da produção de livros didáticos para as escolas teuto-brasileiras, na província do Rio Grande do Sul.

Em “Transferências e apropriações de saberes: Friedrich Bieri e a matemática para o ensino primário” e realizado a análise do personagem Friedrich Bieri (1844-1924), Silva (2015) relata que o suíço emigrou para o Brasil no século XIX e que foi um dos pioneiros na produção de livros didáticos para escolas teuto-brasileiras e utilizou uma proposta pedagógica germânica adaptada ao contexto local e influenciada pelo método de Grube e da reformulação deste por Egger.

No artigo “A escola normal na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e os saberes matemáticos para futuros professores (1869-1889)” no Rio Grande do Sul é investigado uma instituição que forma professores de matemática para o ensino primário e séries iniciais segundo Silva (2016). Com um processo moroso, com mais de trinta anos de discussão até o ano de sua criação contatou-se que a Escola Normal tinha como corpo docente pessoas com formação em escolas militares ou engenheiros e com saberes aritméticos, algébricos, desenho e geométricos, os mesmos possuíam os saberes para ensinar, mas não os da prática docência.

Vieira e Fischer (2017) apresentam problemas de aritmética, cadernos de classe, alunos da escola da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Henrique Heise, em Jaraguá do Sul/SC, no período de 1950 a 1968. A problematização da pesquisa está nos cadernos de classe dos irmãos Hornburg, sobre a aritmética do ensino primário, que eram alunos da escola referida. O objetivo é examinar esses cadernos para entender a aritmética praticada na escola, além de debater sobre os cadernos de classe e as atividades de aritmética que ocorrem no ambiente escolar.

Alves (2018), em seu artigo “Livros didáticos integrados para o ensino primário gaúcho: uma análise da abordagem das operações aritméticas da soma e subtração (1960-1978)”, realizou um estudo de cunho histórico, o qual analisou 17 volumes de livros das coleções de livros escolares produzidos no Rio Grande do Sul, para o ensino primário, no período de 1960-1978: Estrada Iluminada e Nossa Terra Nossa Gente (em duas versões). O autor utiliza como referencial teórico Roger Chartier e apurou

que as operações aritméticas da soma e da subtração tiveram seu ponto de vista modificados em função de um novo conteúdo, a Teoria dos Conjuntos.

Cazorla, Santana e Utsumi (2019), no artigo “O campo conceitual da média aritmética: uma primeira aproximação conceitual”, apresentam num primeiro momento a aproximação do campo conceitual da média aritmética, fundamentado na Teoria dos Campos Conceituais a partir da organização dos achados dos estudos que abordam este conceito.

De acordo com Silva (2019), em “Noções de Geometria Prática”, de Vasco de Araujo e Silva, obra utilizada nas escolas de instrução elementar em Porto Alegre no ano de 1869, o autor conclui que os conhecimentos geométricos para o ensino fundamental deveriam ser práticos e básicos, e que a instrução deveria iniciar com o desenho manual e a utilização de ferramentas geométricas. Segundo o escritor, aprender geometria envolve visualizar, construir objetos geométricos seguindo instruções passo a passo e praticar de forma progressiva e sem grandes teorizações.

Conforme Correia e Santos (2020), em “Algébrica e Aritmética em livros didáticos de 1879 a 1995: uma possível abordagem usando a geometria” ao analisar a História da Matemática no Brasil e a História do Ensino de Matemática, nota-se as transformações no Sistema Educacional Brasileiro e a forma como a Aritmética e a Álgebra se desenvolveram ao longo dos anos no Ensino Fundamental. Foram analisados os livros escolares de 1879, 1914 e 1931 referentes ao Ensino Secundário, livros escolares de 1943, 1948, 1954, 1958 e 1959 referentes ao Ensino Ginásial e livros escolares de 1995 referentes aos anos finais do Ensino do 1º grau. Este estudo teve como metas entender a estrutura do Ensino Secundário do Brasil Império à Nova República, examinar como a Aritmética e a Álgebra eram tratadas nos livros didáticos de 1879 a 1995, além de sugerir uma possível abordagem geométrica para os conteúdos algébricos ou aritméticos.

Em “Um Livro Sob Medida Como Instrumento Do Ensino De Aritmética Na Escola Primária.”, Pinheiro (2021), ao examinar os discursos daquela época, percebe que a busca pela racionalização do ensino alcançou até mesmo o livro didático, que deveria ser criado sob medida, alinhado à estrutura psicológica do indivíduo que aprende. Dentro do cenário de racionalização do ensino, é relevante debater neste texto as alterações estruturadas no livro de aritmética para o ensino da escola primária. Em particular, o objetivo é examinar o livro *Nossa Aritmética*, fruto de experimentos científicos conduzidos em escolas primárias do Rio de Janeiro. A

comparação das fontes mostra uma maior atenção à eficiência e ao desempenho do estudante do que ao aprendizado da matemática em si.

Ainda, de acordo com o Quadro 03, percebe-se que os artigos identificados são datados a partir do ano de 2010, o que demonstra que o tema passou a ter atenção apenas nos últimos quinze anos, ou seja, mais recentemente. Ainda, com relação aos assuntos tratados, verifica-se que cinco artigos – Pais (2010), Costa (2011), Costa (2011a), Silva (2014) e Silva (2015) focam na análise de obras de autores específicos, enquanto ao artigo de Silva (2016) foca a formação de professores na escola normal.

Quanto aos períodos, os artigos de Pais (2010), Costa (2011), Vieira e Fischer (2017), Alves (2018) e de Moraes e Moura (2020), focam parcialmente o período de interesse dessa pesquisa, enquanto os demais não o abordam. Finalmente, apenas o artigo de Silva (2016), explicita o interesse pelo ensino de matemática no âmbito Província de São Pedro.

Conclui-se que, embora essas temáticas aproximem-se do objetivo de pesquisa, oferecendo importantes reflexões teóricas e metodológicas, e demonstrando indícios de como a temática dos livros escolares está sendo operacionalizada e entendida no campo da História da Educação Matemática, fica demonstrado que a circulação de livros de aritmética no período Imperial brasileiro, notadamente no que se refere ao território da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, é uma lacuna temática a ser preenchida.

O Império foi o período da história do Brasil compreendido entre a Independência, em 1822, e a Proclamação da República, por Dom Pedro II, em 1889. Este período foi caracterizado por grande instabilidade política, sucedendo revoltas contra o governo central por vários pontos do país.

A independência em relação metrópole europeia foi um dos momentos em que o poder político se voltou a organizar os poderes administrativos. Além disto buscou governar a grande parcela da população, que constantemente envolvia-se em revoltas, que, muitas das vezes, ameaçavam a unidade nacional. Assim, o Primeiro Reinado foi caracterizado pelo autoritarismo imperial e por diversos confrontos entre brasileiros e portugueses. No que diz respeito ao desenvolvimento da política educacional, no recorte temporal do Brasil Império, o governo deste período não conseguiu promover uma educação “centralizadora” ou ao menos um projeto disto. Pelo contrário, a educação não atendia as necessidades das províncias, principalmente no quesito da educação popular e do ensino técnico. Neste longo

período, a educação proposta pelo Império mostrou-se deficiente e fragmentada (Clark, 2006). Ainda, segundo Carvalho (1980), do ponto de vista educacional, inicialmente não foram realizadas mudanças estruturais. A primeira tarefa, em 1823, foi a de organizar o ensino primário, baseado no método do “ensino mútuo”, também conhecido como “Método Lancastriano” ou “Sistema Monitoral”. O método agradava os setores abastados da sociedade brasileira, como os liberais. Desde o início do século XIX, o Brasil foi influenciado não só economicamente pela Inglaterra, mas também culturalmente.

Em 1823, no Rio de Janeiro, o governo imperial inaugurou a primeira escola de “Ensino Mútuo” (Neves, 2003). Um dos princípios do método consistia que um aluno previamente treinado ou em etapa mais avançado, adiantado – deveria ensinar um grupo de dez alunos – sob supervisão de um inspetor. Assim, os alunos mais adiantados deveriam auxiliar o inspetor/professor a ministrar as aulas. As turmas eram divididas de acordo com o conhecimento de cada aluno (Menezes; Santos, 2001). O método ajudou a solucionar um dos grandes desafios encontrados pela educação brasileira de então: a falta de professores. Cada escola poderia ter apenas um inspetor/professor, devidamente qualificado, por unidade.

Em 1826, foi decretada a criação de quatro graus de instrução: Pedagogias (escolas primárias), Liceus, Ginásios e Academias. Entretanto, os maiores investimentos foram concentrados no ensino técnico e superior, enquanto a educação popular – estudos primários e médios – ficaram esquecidos pelo Estado, o que caracterizou o período como de poucos avanços educacionais. As escolas primárias continuaram a ser os locais privilegiados para ensinar a ler e a escrever (Carvalho, 1980). Ainda segundo Silva (2009), a primeira e única lei geral referente ao ensino primário durante o Império foi promulgada somente em 15 de outubro de 1827, privilegiando, notoriamente, o “Método Lancastriano”. O artigo 4, da lei de 1827 definia que: *“as escolas serão de ensino mútuo nas captaes das províncias; e o serão também nas cidades, villas e logares populosos dellas, em que fôr possível estabelecerem-se”* (Silva, 2009).

Mesmo com a Lei Geral de 1827, e com todos os debates intelectuais que ocorriam frequentemente na época acerca da educação, muito pouco foi de fato feito por ela. Assim, as escolas eram insuficientes, mal geridas, não possuindo professores com formação adequada, o que representou uma incomensurável renúncia das elites dominantes à educação brasileira, no decorrer do século XIX (Neves, 2003). Segundo

Holanda (1987), esta determinação imperial dificultou ainda mais a criação da “instrução pública”, já que coube apenas às assembleias provinciais o ato de legislar a educação, não houve, desta maneira, um “plano geral”, e cada província podia se organizar a seu bem entender.

Não obstante da desambição do governo imperial com a embrionária educação brasileira, diversas províncias do Império criaram redes de escolas públicas e privadas. É válido mencionar, também, que neste período sucedia com grande intensidade a “educação doméstica”, que prosseguiu desde o Brasil colonial. Havia grande número de escolas domésticas que abrangiam um número muito maior de alunos do que a rede pública convencional (Clark, 2006).

Dessa forma, as instituições escolares e de ensino foram criadas sob um contexto social, político, econômico e cultural específicos no Brasil, e que teve relação direta com o modelo de produção vigente, ou seja, inicialmente com a produção de açúcar na região Nordeste e, posteriormente, com a produção de café na região Sudeste. Desta forma, instituições escolares foram criadas e instaladas conforme interesses econômicos (Neves, 2003).

Com a renúncia de D. Pedro I, e a impossibilidade de o príncipe Pedro de Alcântara, então com apenas cinco anos de idade, deu-se início ao período do “Governo Provisório” ou “Período Regencial”, que durou por praticamente dez anos (1831-1840). Estes anos foram marcados por diversas revoltas que ameaçaram a unidade imperial. Comumente são chamadas de “Revoltas Regenciais”, consistiram em revoltas provinciais que aconteceram em diversos pontos do país¹. O motivo destas revoltas foram, em síntese: a insatisfação política com os caminhos que o país tomava, desagrado com a pobreza e as amplas e diversas desigualdades, que segregavam a sociedade (Schwarcz; Starling, 2015).

O final do Período Regencial foi marcado pela disputa entre liberais e conservadores. Os liberais, descontentes com a regência provisória e com as revoltas provinciais, defendiam a antecipação da maioria do príncipe Pedro de Alcântara, o que foi conseguido em 1840, a partir do apoio da maioria dos políticos. Esta antecipação ficou conhecida como o “Golpe da Maioridade”. Assim, Pedro de

¹ As revoltas mais conhecidas foram: “Cabanagem” (Grão-Pará, entre 1835-1840), “Balaiada” (Maranhão, entre 1838-1841), “Sabinada” (Bahia, entre 1837-1838), “Revolta dos Malês” (Bahia, em 1835) e “Revolta dos Farrapos” (Rio Grande do Sul, entre 1835-1845).

Alcântara foi coroado imperador aos 14 anos de idade, tornando-se D. Pedro II, o que marcou o início do “Segundo Reinado”.

A Guerra do Paraguai marcou o início do declínio da monarquia. A ideia de “republicanismo” começou a ser debatida e ventilada no meio político. No mesmo ano do final da guerra, em 1870, foi criado o “Partido Republicano Paulista (PRP). A década do governo do Segundo Reinado foi marcada por uma enorme e uma profunda crise política, fazendo com que os republicanos ganhassem ainda mais adeptos, contanto com grande contingente dos oficiais do exército que lutaram na Guerra do Paraguai (Schwarcz; Starling, 2015).

As escolas populares, ou feitas para instruir o povo, foram escassas durante o período imperial. Estas escolas se dedicavam sobretudo a atividades manuais e profissionais – amplamente rejeitadas pelas elites locais. Os trabalhos braçais eram vistos dentro deste contexto social como “inferiores” e deveriam ser realizados por pobres e mestiços (Silva, 2009).

Ainda segundo Silva (2009), o ensino profissional foi marginalizado por todo século XIX. Entre estas atividades manuais estavam: ferreiros, marceneiros, carpinteiros, mecânicos, pedreiros, alfaiates, dentre outros prestadores de serviços. Os poucos que frequentaram o ensino profissional eram de origem pobre e mestiços. Mesmo que acabassem esta etapa da sua formação, não tinham acesso ao ensino superior.

Estas instituições eram conhecidas e chamadas de “Liceus de Artes e Ofícios”. O Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro foi fundado em 1858, o Liceu de Artes e Ofícios da Bahia (1872) e a Sociedade Propagadora da Instrução Popular fundada em 1873 na cidade de São Paulo (Silva, 2009).

A educação secundária no Brasil imperial, por sua vez, estava reservada ao ensino privado. Contudo, em 1837, o governo central criou o Colégio de Pedro II, que foi inspirado nas escolas de Lisboa. Depois de sua criação, o “Colégio” deveria ser o modelo de ensino seguido em todo território nacional. O artigo terceiro, do decreto de 1837, mencionava as ensinadas: “*línguas latina, grega, francesa, retórica e os princípios elementares de Geografia, História, Filosofia, Zoologia, Mineralogia, Álgebra, Geometria e Astronomia*” (Silva, 2009, p.85-86)

O Colégio Pedro II procurou implementar os modelos de ensino da Europa e dos Estados Unidos, considerados como o que havia de mais moderno, no quesito educacional. A escola obteve amplo apoio das elites agrárias e mercantis, a “boa

sociedade” – formada em sua maioria por homens, brancos, livres, proprietários de bens, como terras e escravos. Sendo, assim, uma cultura aristocrática destinada a oferecer a instrução básica às elites que governavam o Império e que compunham a grande minoria da população.

Segundo Silva (2009), em 1854, havia dezesseis Liceus nas Províncias. Todos tinham o Colégio Pedro II como modelo – seja no currículo, materiais didáticos (livros), organização e funcionamento da escola. Os chamados “exames preparatórios”, que davam acesso ao ensino superior, eram realizados de acordo com os livros escolares do Colégio.

Segundo Faria Filho (2010), a importância da Educação, adquirida a partir da década de 1860, decorreu do surgimento de uma tradição contestada e ainda delicada que buscava criar um mínimo de organicidade e articulação entre poderes constituídos cuja “educação primária” era prescrita de acordo com o disposto nas leis gerais. Ainda, segundo Faria Filho (2010), observou-se que o debate da educação pública se caracterizou pela necessidade de o Estado-Nação garantir a construção do nacionalismo, ideologia que predominou na Europa desde a difusão do pensamento iluminista. Tanto que, para Machado (2009), o Decreto nº. 7.247, de Leôncio de Carvalho, de 1879, marcou o início do processo de organização da escola públicas. Esse decreto provocou grande polêmica, principalmente por abolir o ensino religioso obrigatório e por considerar o ensino livre.

De forma geral, o ensino no Brasil no final do Império mantinha as características do período colonial, ou seja, destinado às classes dominantes, à elite; não tendo nenhum compromisso com as classes populares. Isso explica o alto índice de analfabetos no Império. Segundo Poubel (2013) no Brasil de 1872, a educação era para poucos. Com uma população de 9.930.478 indivíduos apenas 16% eram alfabetizados, sendo a população escrava a mais atingida com 99,9%. Ainda conforme esta mesma autora, eram nas províncias do Império, o maior percentual de alfabetizados, que estavam localizados no Município Neutro – Rio de Janeiro (35%), capital do Império –, seguido pela Província do Rio Grande do Norte (32%).

No final do século XIX todos os cargos do Estado e da política eram nomeados pelo imperador, Dom Pedro II, prevalecendo a “política do apadrinhamento”. Os cargos eram então ocupados por parentes, amigos e políticos (Clark, 2006). Esta prática, por sua vez, dificultou a criação de um sistema educacional coesivo, uma vez

que os cargos educacionais eram igualmente “cabides de empregos”. As escolas, neste período, atendiam um número muito limitado e específico da população.

A partir de 1870, contudo, os republicanos começaram a assumir notoriedade no cenário político brasileiro, exigindo profundas mudanças na organização da sociedade. Para os republicanos, a instrução pública deveria servir para dar o grande “salto civilizatório”, como acontecera na Europa e nos Estados Unidos. Nos ideais republicanos, a educação tinha uma capacidade de redimir o homem a sua ignorância, encaminhando-o para o progresso e a ciência.

A República, instaurada em 1889, opôs-se diretamente ao ideário católico e defendeu os princípios de bases científicas e racionalistas, inspiradas no “positivismo” do filósofo francês Augusto Comte. Aos poucos os trabalhadores assalariados, de origem europeia, substituíram a mão de obra escrava, extinta no ano anterior (Holanda, 1995).

2.1 O Contexto Educacional da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul

De acordo com Trindade (2001), a partir da expulsão da Ordem dos Jesuítas, em 1759, são implantadas as “aulas régias” ou aulas avulsas, cuja denominação, em princípio, até 1822, quando passam a ser denominadas oficialmente de “aulas públicas”, mesmo que tenham mantido o nome primitivo ainda por muito tempo (Arriada e Valle, 2012). Conforme Vale (2012), na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, até o ano de 1820, havia apenas uma Aula de Latim e nenhuma Escola de Primeiras Letras financiada pelo Estado.

Vagarosamente, segundo Strelow (2016) aponta, a Província segue na constituição de um ambiente para as práticas letradas. A mesma autora, pontua que, em 1820, cinco professores foram nomeados para Porto Alegre e, em 1824, mais quatro foram designados. Dessa forma, considerada a escola particular de Antonio d’Ávila, estabelecida em 1800, e de inúmeros professores que lecionavam sem licença, foi se formando um público leitor demandante, ao menos na capital (Strelow, 2016). Em 15 de outubro de 1827, no Brasil, foi sancionada a primeira lei das escolas de primeiras letras, que previa a implantação do Ensino Primário gratuito, que deveria ser estendido a todos os cidadãos (Inácio, 2003).

Ainda segundo Inácio (2003), a lei de 15 de outubro teve o objetivo de regulamentar o ensino público de primeiras letras, uma vez que não fazia qualquer

referência às escolas particulares. O objetivo era a organização de uma rede de escolas públicas de primeiras letras, em consonância com a importância atribuída à instrução, na construção da nação, alicerçado em uma visão centralizadora do Governo Imperial.

Conforme Gomes (2012), é nesse contexto que aparece um personagem que acompanha e participa dessas transformações: Antonio Álvares Pereira, conhecido como Coruja. Em 1825 foi contratado pelo Conselho da Província para aprender no Rio de Janeiro o Método Lancasteriano de ensino mútuo, a fim de implantá-lo em Porto Alegre. Em março de 1827 foi nomeado professor, e em agosto abriu a escola pública de ensino mútuo.

Em 1828, o governo estabeleceu novas escolas para atender homens e mulheres, sendo que em 1832 havia apenas uma instituição para a educação de meninas, enquanto para meninos existiam seis (Souza, 2015). Em 1834, entretanto, a partir do Ato Adicional à Constituição Imperial, transferiu, do governo central para os governos das províncias, a responsabilidade pela oferta do ensino público.

Conforme Piccolo (1979 *apud* Arriada e Valle, 2012), de acordo com o Ato Adicional, foram implementadas as Assembleias Legislativas, com amplas competências. Entretanto, o sistema político não dava às elites regionais o controle administrativo, já que o presidente da província continuava a ser nomeado pelo Imperador. Dessa forma, conforme Arriada e Valle (2012), estabeleceu-se uma dualidade de competências, que permitiu o surgimento de dois sistemas educacionais paralelos, o provincial e o controlado pela Corte, o que redundou em um atraso educacional marcante.

A descentralização da educação, decretada pelo Ato Adicional, suscitou uma série de consequências para a população, sendo considerado “um obstáculo ao desenvolvimento da educação escolar no Brasil Imperial” (Gondra; Schueler, 2008). Dada a precariedade e o pouco incentivo à educação, por parte das Províncias, o ensino privado acaba por encontrar um ambiente propício para se desenvolver (Teixeira, 2017). No Rio Grande do Sul, esse desenvolvimento foi catalisado pela omissão do Estado em monopolizar o ensino elementar (Tambara, 1995).

Conforme, Schneider (1993), durante a primeira metade da década de 30, os representantes políticos discutem o problema da instrução pública no Conselho-Geral, e apresentam propostas para sua melhoria e tomam algumas medidas, entre elas a

provisão de prédios escolares por meio do aluguel de casas para o funcionamento das aulas.

Entretanto, além disso, também existiam professores ou escolas particulares que só passaram a figurar nos relatórios da Província a partir de 1866. Antes disso, as atividades de alguns deles só podem ser acompanhadas por meio dos anúncios dos jornais, o que se conformou como uma fonte de evidências importante para essa pesquisa (Schneider, 1993).

Em 1835, ano do rompimento da Província de São Pedro com a nação brasileira, o cenário educacional já estava bastante modificado, ao menos na capital. Passados 35 anos, desde o aparecimento da primeira escola particular de Primeiras Letras na capital, surgiram ao menos outros 13 estabelecimentos de ensino (05 aulas públicas de primeiras letras, 03 aulas públicas de filosofia, 01 de francês, 01 de aritmética e geometria, 01 de matemática e 01 escola para meninas, além da escola particular do professor Gomes e de outras não registradas (Gomes, 2012).

Ainda segundo Schneider (1993), em 1837, ano em que, na capital do império, funda-se o Colégio Pedro II, o governo legalista, novamente na capital rio-grandense, reúne a Assembleia Legislativa e determina que as aulas públicas da capital, excetuadas as das meninas, deveriam ser reunidas em um só prédio, o que se configurou na primeira iniciativa, na Província, de formar uma escola. Em paralelo, entretanto, o governo revolucionário adotava medidas para a manutenção das escolas republicanas, por entenderem que a verdadeira revolução significava mudança da sociedade, só conseguida pelo desenvolvimento cultural do povo, pela autêntica educação republicana (Schneider, 1993)

Apenas no final da década de 1830, o número de escolas foi significativamente ampliado, havendo um total de quarenta e quatro Aulas de Primeiras Letras cuja prática pedagógica se baseava no Método Lancaster, ou de ensino mútuo (Xavier, 2008). Foi em 1841, que Porto Alegre recebeu o anúncio de instalação do Colégio Rio-Grandense, no qual o professor Isidoro José Lopes, seria regente das cadeiras de Gramática nacional e francesa, aritmética, retórica e filosofia, além da Aula pública de latim, cuja reabertura foi anunciada em seu jornal "O Commercio" (SCHNEIDER, 1993).

Em 1846, as estatísticas apontavam 51 escolas primárias, sendo 36 do sexo masculino e 15 do sexo feminino. Em 1852, este número saltou para 92 escolas, frequentadas por 3.543 alunos (Souza, 2015). Em 1871, foram mapeados 108 estabelecimentos particulares de instrução primária e secundária, frequentados por 4.402 alunos, sendo que 2.935 eram do sexo masculino e 1.467 do sexo feminino (Teixeira, 2017). Em 1856 o diretor geral da instrução pública, José Maria de Andrade, defendeu a ideia de que a educação é um dever do Estado, cabendo-lhe controlar a exploração “mercantilista” eventualmente efetuada pelo setor privado (Tambara, 1995).

Estrutura-se, em 1876, o Conselho de Instrução Pública que era composto de cinco cidadãos distintos por sua ilustração e consideração social, nomeados pelo presidente da província. Cabia a este organismo decidir sobre livros a serem adotados nas escolas, sobre métodos e sistemas de ensino, sobre necessidade de remoção de professores e outros momentos. Constituíam-se no órgão regulamentador do ensino na Província (Tambara, 1995). Além disso, havia a previsão de financiamento do estado, para o fornecimento de livros aos estudantes pobres. Os livros, por sua vez, nas escolas públicas, só poderiam ser admitidos, após autorização de uma Comissão de Instrução (Arriada e Tambara, 2004).

Peres e Michel (2018), a partir de livros de registros e inventários no período de 1873 a 1921, investigaram a circulação e o fornecimento de materiais para as escolas públicas gaúchas. Conforme essas autoras, de acordo com os documentos pesquisados, havia registros de livros enviados anualmente para as escolas gaúchas na época, cujos apontamentos eram realizados pelos próprios professores e enviados para as autoridades competentes. Entretanto, alguns registros eram incompletos, havendo falta de informações como, por exemplo, a quantidade de exemplares que deveriam ser enviados para as escolas.

Eram as autoridades públicas da época que determinavam quais livros escolares seriam utilizados nas escolas, por meio do Regulamento da Instrução Pública do Rio Grande do Sul (1869). Um conselho, formado por cinco membros, aprovavam ou reprovavam livros e métodos de ensino adotados nesse período (Tambara, 2002; Arriada; Nogueira, 2014). Como afirma Tambara (2002, p. 43),

[...] o sucesso editorial estava, de certa forma, vinculado à pertença (ou influência sobre) às comissões de educação que detinham o poder de indicar ou vetar as obras que poderiam ser utilizadas nas escolas. O dístico ‘aprovado pela comissão de instrução’ da província era uma garantia de sucesso.

Ainda, conforme o memo autor (Tambara, 2002, p. 49),

[...] o sucesso de uma obra didática dependia em muito da aprovação de diversos conselhos, normalmente específicos para cada província que, ao recomendarem ou não determinado texto, condenavam-no ao sucesso ou insucesso editorial. Sem dúvida, o domínio deste poder era crucial para a circulação dos textos mesmo porque o próprio governo provincial era um dos principais clientes deste tipo de literatura.

Os principais materiais distribuídos pelo Estado para as escolas públicas no período de 1873 a 1921 eram manuscritos, cartilhas, livros de geografia, de história e de matemática (Frade, 2016). Conforme Tambara (2002), esses materiais buscavam atender ao Ensino Primário e aos conteúdos, de modo a estarem de acordo com a legislação. Sendo assim, este capítulo procurou apresentar um panorama do ensino no Brasil Imperial, e mais especificamente na Província de São Pedro, como forma de estabelecer uma caracterização do contexto de produção e circulação dos livros escolares.

Politicamente, pode-se caracterizar o período como um momento de grande instabilidade, especialmente em função das inúmeras revoltas contra o governo central, em diversas Províncias, incluindo a Província de São Pedro, por meio da Revolução Farroupilha, em 1835. Administrativamente, o período foi marcado pela busca da organização administrativa, almejando uma unidade nacional, ameaçada pelas inúmeras revoltas.

Embora, buscando a centralização administrativa, esta não se verificou, pelo menos em grande parte do período, no campo da educação. O ensino era baseado no modelo de ensino mútuo, baseado na transferência de conhecimentos de um aluno mais adiantado, supervisionado por um inspetor/professor, para um grupo de dez alunos, o que era resultado, basicamente, da falta de professores.

Mesmo a partir das primeiras tentativas oficiais de organização do ensino, com a criação de quatro graus de instrução, os maiores investimentos recaíram nos níveis mais adiantados, enquanto os níveis básicos ficaram esquecidos. Desta forma, naturalmente, o ensino ficou concentrado nas classes abastadas. Coube, inicialmente, às províncias a organização da instrução pública, o que foi realizado sem qualquer visão sistêmica ou coordenada centralmente. Obviamente, nas províncias mais ricas e desenvolvidas, nas quais a Província de São Pedro não figurava, houve um maior crescimento do ensino, com a criação de escolas em todos os níveis de formação.

A partir da segunda metade do século XIX, passa a haver uma disputa entre liberais e conservadores, culminando com as ideias do “republicanismo” e que via na educação a forma de difundir os ideários republicanos e criar uma identidade na população das províncias. Na Província de São Pedro, em particular, a partir do início da Revolução Farroupilha, percebe-se um desenvolvimento na educação, especialmente na capital, com inúmeras aulas públicas estabelecidas, seguindo o ideário republicano.

Foi também nesta época que surgem as ideias de que a educação deveria ser um dever do Estado, cabendo a esse o controle sobre livros, métodos e sistema de ensino, entre outros aspectos. Constitui-se, dessa forma, um Conselho de Instrução Pública, um órgão regulamentador do ensino na Província. Assim, em especial acerca dos livros escolares, esse eram fornecidos gratuitamente aos estudantes pobres, e admitidos apenas após autorização de uma Comissão de Instrução, por meio de um Regulamento da Instrução Pública.

A seguir, no Capítulo 3, apresenta-se algumas contribuições para o campo da história de educação matemática, a partir da perspectiva do livro escolar e, em especial, apresenta-se um modelo que busca caracterizar o processo de circulação, elencando os atores e relações existentes, como uma das bases para o desenvolvimento dessa pesquisa.

3 O LIVRO ESCOLAR: UM ESTUDO NO CAMPO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA

Pesquisas sobre livros escolares apresentam diversas potencialidades para a História da Educação Matemática. Destacamos quatro aplicações centrais em nossa investigação. Primeiro, a identificação de métodos de ensino e abordagens matemáticas ao longo do tempo. Em segundo lugar, a análise de como valores culturais e políticas públicas influenciam a matemática escolarizada, sobretudo em matrizes curriculares. Terceiro, a compreensão de como a disseminação desses livros consolida práticas específicas de ensino e aprendizagem. Por fim, ao investigarmos autores e editores, estamos expandindo o conhecimento sobre a autoria e produção pedagógica de épocas específicas.

3.1 O Livro Escolar

Segundo Zacheu e Castro (2015), os livros escolares, ao longo da história do Brasil, foram usados em diversos momentos como ferramentas para reforçar a ideologia das classes dominantes. Choppin (2004) também corrobora nessa perspectiva ao afirmar que o livro escolar é um dos recursos utilizados na educação dos jovens - outros materiais como quadros, mapas de parede, mapas-múndi, diários de viagem, coleções de imagens e livros de prêmio, também podem ser considerados.

Conforme Bittencourt (2008), o livro escolar possui aspectos peculiares na produção, circulação e uso, diferentemente de outras obras impressas, entre as quais pode-se destacar a da autoria, que permite distinguir entre o papel de escrever e o de fabricar um livro. Cabe ainda salientar que existem muitos agentes envolvidos em cada uma das etapas que marcam a vida de um livro escolar, desde a sua concepção pelo autor até seu descarte pelo professor e, idealmente, sua conservação para as futuras gerações.

Dessa forma, a compreensão de um livro escolar está inserida em um contexto pedagógico particular e em um contexto de regulação que, frequentemente, é característico das produções escolares. Ao longo da história, é difícil definir o livro escolar. De acordo com as palavras de Choppin (2004), o livro escolar é designado de inúmeras maneiras, e nem sempre é possível explicitar as características específicas que podem estar relacionadas a cada uma das denominações, tanto mais que as palavras quase sempre sobrevivem àquilo que elas designaram por um determinado tempo.

No Brasil, conforme Reis (2007), o uso do livro escolar de matemática ocorreu, a partir do século XVIII. No início do século XIX, registram-se os primeiros livros de matemática, traduzidos e impressos no Brasil. Os manuais didáticos utilizados eram exclusivamente franceses e portugueses. Ainda, segundo a mesma autora, somente a partir da década de 30, daquele século, é que começaram a surgir autores brasileiros de livros escolares de matemática, cuja produção ocorria em tipografias e não por meio de estabelecimentos especializados, que surgirão mais tarde (Reis, 2007).

Outro aspecto que merece destaque é que, ao longo de tempo, algumas “inovações” foram introduzidas, como a inserção de exercícios e a explicitação do público-alvo. Além disto, chaves de respostas, a teorização de problemas do cotidiano e a inclusão de exercícios propostos e resolvidos, também merecem destaque (Silva, 2000).

A partir disto, percebe-se que há uma série de fatores e atores que influenciam e são influenciados no processo de circulação dos livros escolares. Nesse sentido, especificamente, a circulação de livros escolares pode ser entendida como o movimento físico, simbólico e cultural desses materiais escolares em diferentes espaços sociais e geográficos, bem como o processo de apropriação e ressignificação dessas obras por diferentes atores envolvidos na educação.

Assim, a circulação dos livros, seus fatores e atores assumem papel crucial para permitir a análise dos livros escolares de aritmética na Província de São Pedro, no período imperial. Para tanto, utilizaremos como base o modelo proposto por Darnton (1990), que busca caracterizar esse processo.

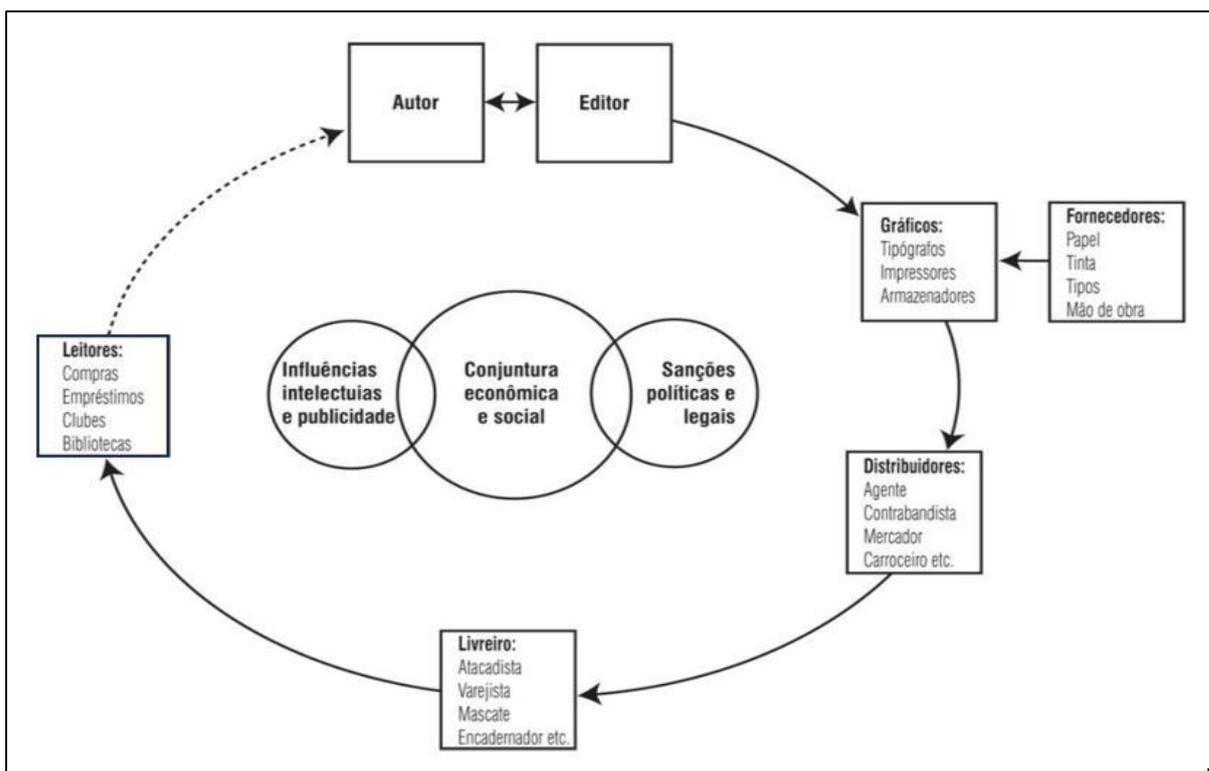
3.2 Circulação de Livros

Entender a circulação de livros é essencial em pesquisas sobre livros escolares de aritmética do período imperial brasileiro, pois permite contextualizar como esses

materiais chegaram às escolas, quais influências culturais e econômicas moldaram suas características e métodos, e como diferentes regiões e instituições adotaram ou adaptaram o conteúdo. A análise da circulação revela também redes de troca de conhecimento, as relações entre autores, editores e escolas, além de mostrar como valores políticos e educacionais da época influenciaram a educação matemática no Brasil. Sendo assim, ao se utilizar as abordagens de Robert Darnton (1990) e Roger Chartier (2011), é possível explorar a circulação desses livros sob duas perspectivas principais: como objetos materiais que transitam entre diferentes lugares; e como textos cujos significados são construídos e reconstruídos a partir de diferentes contextos de leitura e uso.

O modelo de Darnton (1990) integra os diferentes agentes envolvidos no processo comunicativo do livro — autores, editores, gráficos, distribuidores, livreiros e leitores — e considera as influências econômicas, sociais, intelectuais, publicitárias e legais sobre cada um desses atores (Moraes; Ribeiro, 2023).

Figura 01 - O Circuito das Comunicações de Darnton



Fonte: Darnton (1990, p.185)

O modelo original de Darnton (1990) foi desenvolvido tendo a materialidade do livro como algo central no mercado editorial, sendo o principal meio de disseminação de ideias, cuja circulação depende da produção física (Moraes; Ribeiro, 2023).

A partir da tipografia, o livro como objeto físico se consolida como o eixo central das relações entre autores e leitores. Essa perspectiva, como esclarece Chartier (2011), vê o livro como uma "construção cultural e social" mediada pelo contexto histórico em que é produzido. Assim, os significados atribuídos ao livro estão além daquilo que o texto transmite, e passam a incorporar também os elementos materiais e institucionais que configuram sua produção e circulação.

Assim, o modelo dá valor principalmente a interatividade entre os seis agentes essenciais à produção e circulação do livro: autor, editor, gráficos, distribuidores, livreiros e leitores. Cada uma dessas etapas está intrinsecamente conectada, constituindo um sistema no qual o significado e a recepção do texto são moldados e transformados continuamente.

A figura do autor, que Darnton (1990) coloca como ponto de partida no circuito, é vista sob um sentido que vai além da simples criação. Para Darnton (1990), o autor não é apenas o originador de um texto, mas um reflexo de seu ambiente social, cultural e político, sendo influenciado pelas convenções de seu tempo. Dessa forma, Darnton (1990) coloca o autor como um produto de múltiplas influências, que vão desde suas condições materiais de vida até o público que ele imagina alcançar (Moraes; Ribeiro, 2023).

Na sequência, o papel do editor, tradicionalmente considerado como o intermediário crítico entre o autor e o leitor, é igualmente desafiado pelas dinâmicas do mercado. O editor seleciona, organiza e prepara o texto para publicação, além de determinar seu destino ao definir seu formato, público-alvo e estratégias de venda. Darnton (1990) esclarece que o trabalho editorial é, em última análise, um exercício de poder e escolha, na medida em que decide o que será publicado e como (Moraes; Ribeiro, 2023).

A terceira etapa do circuito, os gráficos, refere-se à materialização do livro. Essa fase, no século XVIII, quando Darnton (1990) concentra suas análises, dependia de tipografias que moldavam o objeto físico do livro, incluindo as técnicas de impressão e os materiais físicos utilizados, como as tintas e o papel (Moraes; Ribeiro, 2023). Os distribuidores, por sua vez, formam o elo entre a produção e o consumo. Tradicionalmente, os distribuidores cuidavam da logística de transporte e comercialização dos livros físicos, processo que envolvia redes de transporte e marketing.

O quinto elo do circuito, os livreiros, historicamente eram os responsáveis pela comercialização física dos livros. No modelo original de Darnton (1990) o livreiro tinha uma função de curadoria, influenciando quais obras seriam mais acessíveis ao público. Na última etapa do modelo de Darnton (1990), o leitor é visto como o objetivo de todo o processo comunicativo (Moraes; Ribeiro, 2023).

Assim, como afirma Galvão (2005), analisando o livro escolar como um “artefato cultural”, o modelo de Darnton (1990) pode ser útil, uma vez que traz à análise os processos técnicos e materiais que envolvem sua produção, as posições ocupadas pelos atores que os elaboram e os fabricam, além das estratégias de circulação, usos e apropriações pelos seus leitores.

Da mesma forma, como Corrêa (2021), esse modelo pode permitir a construção de uma visão holística da história do livro, possibilitando analisar os diferentes segmentos (autoria, edição, impressão, distribuição, venda, leitura) que compõem o seu ciclo de vida.

A partir dessas concepções, estamos entendendo a circulação de livros escolares de aritmética no Brasil imperial como sendo o movimento simbólico e cultural desses materiais escolares em diferentes espaços sociais e geográficos, bem como o processo de apropriação e ressignificação dessas obras por diferentes atores envolvidos na educação. Ao utilizarmos as abordagens de Robert Darnton e Roger Chartier, foi possível explorar a circulação desses livros sob duas perspectivas principais: como objetos materiais que transitam entre diferentes lugares e como textos cujos significados são construídos e reconstruídos a partir de diferentes contextos de leitura e uso.

Na primeira perspectiva, destacamos que Robert Darnton (1990) ao analisar a história do livro como objeto, enfatizou o trajeto físico das obras. Nesse sentido, ao percebermos a circulação de livros de aritmética durante o período imperial brasileiro, destacamos que a mesma envolve o transporte dos livros desde os centros editoriais (tanto no Brasil quanto em Portugal ou outros países), passando por livrarias, tipografias e bibliotecas, até sua chegada às mãos de professores, estudantes e famílias. Todavia, há que se ponderar que estamos operando com uma vasta extensão do território brasileiro, esse trajeto até o sul do Império era irregular, marcado por dificuldades de transporte e pela desigualdade na distribuição de impressos.

O segundo entendimento, qual seja a circulação cultural e apropriações, a partir da noção de Chartier (2011) de que os textos não têm um significado fixo, mas são

ressignificados em diferentes contextos, este conceito também abrange a circulação dos livros escolares de aritmética como prática cultural. O modo como esses livros eram lidos, interpretados e utilizados variava conforme o contexto local, a formação dos professores, as condições socioeconômicas das famílias e as políticas educacionais vigentes. Assim, um mesmo livro podia ter diferentes usos e significados dependendo de quem o manuseava. Professores podiam adaptá-los às realidades locais, e as famílias podiam usá-los para alfabetizar seus filhos dentro ou fora do ambiente escolar.

Não obstante, a circulação ainda envolve uma série de mediadores, tais como autores, editores, impressores, livreiros, professores e pais. Cada um desses atores desempenhava um papel crucial na adaptação dos livros ao público local, influenciando não só quais obras eram publicadas e distribuídas, mas também como eram lidas e ensinadas. Esses mediadores conectavam o Brasil e as Províncias com outros países, promovendo a entrada de obras estrangeiras adaptadas ao contexto imperial brasileiro.

A operacionalidade desses conceitos permite explorar como a educação matemática no período imperial foi moldada por práticas de leitura e circulação que transcendiam fronteiras nacionais e sociais, além de destacar a importância das interações locais na ressignificação dos conteúdos educacionais. Este capítulo buscou, inicialmente, ressaltar o papel do livro escolar como um artefato cultural, o contexto particular no qual está inserido, bem como seus principais usos e peculiaridades, especialmente sob a perspectiva da sua circulação.

Sob essa perspectiva, caracterizou-se o modelo de circulação proposto por Darnton (1990) que, de forma resumida, busca integrar os diferentes atores envolvidos no processo comunicativo do livro — autores, editores, gráficos, distribuidores, livreiros e leitores — considerando, também, as influências econômicas, sociais, intelectuais, publicitárias e legais sobre cada um desses atores.

Desta forma, tendo como base esse referencial, além daquele apresentado nos capítulos anteriores, firmam-se as bases teóricas que permitirão, a seguir, identificar obras, autores e processos envolvidos na circulação dos livros escolares de aritmética que circularam na Província de São Pedro, no período do Brasil Império.

O capítulo tem como base o referencial teórico apresentado até aqui, em especial as considerações de Choppin, nos que se refere ao importante papel do livro escolar na educação, de Chartier, acerca do entendimento do livro como uma

construção cultural e social, mediada pelo contexto histórico no qual é produzido e de Darnton (1990), a partir de seu modelo de circulação cultural, que explicita atores e fatores envolvidos na circulação dos livros escolares, em nossa pesquisa.

Para o desenvolvimento do presente estudo, foi realizado um levantamento bibliográfico, com foco em referências que abordaram a História da Educação, especialmente aquelas focadas na produção e circulação de livros escolares no período de interesse. A partir da identificação dessas referências, seus conteúdos foram analisados, buscando identificar livros escolares relacionados ao ensino da aritmética na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, no período do Brasil Império.

Foram identificados 24 livros escolares de aritmética que circularam no período de interesse, conforme apresentado no Quadro 04. No referido quadro, além do ano de circulação, autor, título da obra e local de edição, são apresentadas as respectivas fontes, no rol de referências identificadas.

Quadro 04 - Relação de obras de Aritmética que circularam na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul 1822-1889

Ano	Autor(es)	Obra	Local	Fonte
1827	Thomaz Ignácio da Silveira	Compêndio aritmético ou tabuada curiosa para os meninos	Porto Alegre	Silva, Circe Mary Silva da
1848	Antonio Luis Soares	Exposição dos elementos d'aritmética para uso dos estudantes do Colégio de S. Bárbara	Pelotas	Silva, Circe Mary Silva da
1850	Antonio Alves Pereira Coruja	Aritmética para meninos	Rio de Janeiro	Blake, Augusto V. A. S.
1859	José Ramos Paz	Tratado dos Princípios de Aritmética segundo o método Pestalozzi	Porto	Tambara, Elomar
1859	José Ramos Paz	Tabuada segundo o método Pestalozzi	Porto	Tambara, Elomar
1860	Bernardo Taveira Júnior	Resumo de Aritmética	Porto Alegre	Silva, Circe Mary Silva da
1860	Francisco de Paula Soares Frederico Adão Carlos Hoefer	Resumo de Aritmética	Porto Alegre	Silva, Circe Mary Silva da
1869	Vasco de Araujo e Silva	Noções de geometria prática: para uso das escolas de instrução elemental	Porto Alegre	Silva, Circe Mary Silva da
1869	Diogo Francisco Cardoso	Aritmética	Porto Alegre	Silva, Circe Mary Silva da
1870	José Teodoro Souza Lobo	Segunda Aritmética para Meninos	Porto Alegre	Pais, Luiz Carlos
1874 ²	José Teodoro Souza Lobo	Primeira Aritmética para Meninos	Porto Alegre	Pais, Luiz Carlos
1879	José Teodoro Souza Lobo	Aritmética para Meninos	Porto Alegre	Silva, Circe Mary Silva da
1879	Wilhelm Rotermund H. Nack	Rechenfibel: primeiro livro de arithmetica	São Leopoldo	Silva, Circe Mary Silva da
1881	Demétrio Ribeiro	Curso Elemental de Arithmética 1ª Parte	Pelotas	Silva, Circe Mary Silva da
1882	Demétrio Ribeiro	Curso Elemental de Arithmética 2ª Parte	Pelotas	Silva, Circe Mary Silva da
1882	Demétrio Ribeiro	Elementos de Arithmetica	Pelotas	Silva, Circe Mary Silva da
1883	Francisco José de Mattos Abreu	Aritmética Comercial	Rio Grande	Silva, Circe Mary Silva da
1883	Luiz Celestino de Castro	Licções de Arithmetica	Porto Alegre	Silva, Circe Mary Silva da
1884	Demétrio Ribeiro	Aritmetica para as escolas	Sem local	Gonçalves, Dilza Pôrto
1884	Arno Ernst	Aritmetica Practica	Rio Grande	Teixeira, Vanessa Barrozo
1885	Cristiano Benedito Ottoni	Compendio de Arithmetica	Rio de Janeiro	Tambara, Elomar
1885	Augusto José da Cunha	Elementos de Arithmetica Redigidos Conforme o Programa dos Lyceus	Lisboa	Livraria de A. M. Pereira
1886	Antônio Maria Barker	Rudimentos aritméticos ou tabuadas de somar, diminuir, multiplicar e dividir, com as principais regras dos quebrados e decimais	Rio de Janeiro	Peres, Elaine
1887	Izidoro José Lopes	Taboada Methodica	Sem local	A Federação

Fonte: Autora (2024).

² Segundo Pais (2010), no prefácio da Primeira Aritmética (de 1874), o autor explica que escreveu o livro para expor conteúdos elementares com os quais os alunos pudessem acompanhar o estudo da Segunda Aritmética (de 1870).

A partir do quadro, percebe-se que todas as obras têm edições entre 1827 e 1887. A figura 02 mostra a distribuição dos Livros escolares circulantes na Província de São Pedro, nas décadas entre 1822 e 1889. Há uma distribuição desigual ao longo do período. No primeiro período, que vai do início do Brasil Imperial até 1840, apenas 01 obra foi identificada, o que é corroborado pelo “letramento tardio” na Província, assinalado por inúmeros autores, bem como por coincidir com o período da Revolução Farroupilha, que teve início em 1835.

Figura 02 - Distribuição dos Livros escolares por década (1822-1889)



Fonte: Autora (2024).

Já no período que compreende os anos de 1841 até 1880, foram identificadas doze obras, que coincide com um período de abertura de várias escolas e de investimentos governamentais na melhoria do ensino na Província. Por fim, no período entre 1881 e 1889, foram identificadas onze obras, ou seja, 55% das obras identificadas.

No que concerne à produção de obras didáticas no Rio Grande do Sul, Tambara (2002) observa que o final do século XIX foi um período caracterizado pela emergência de autores e editores regionais. Durante as décadas de 1880 e 1890, a província de São Pedro do Rio Grande do Sul possuía um parque editorial e um conjunto de autores que massivamente respondiam pelos livros escolares utilizados em sala de aula (Tambara, 2002).

Uma das razões para esse processo de descentralização, que ocorreu igualmente em outras províncias, é a consolidação das Escolas Normais. Nos locais

onde estas foram instituídas, verificou-se a ocorrência de “um ambiente propício para a produção de livros escolares” (Tambara, 2002).

De acordo com Silva (2016, p. 48),

No século XIX houve uma consolidação do mercado editorial no país, e, na Província do Rio Grande do Sul, espalharam-se gráficas e editoras não apenas na capital, como em outras cidades do interior Tambara (2008). A preocupação com a produção de livros escolares foi, em parte, devida a componentes culturais, ao pioneirismo das comunidades teuto-brasileiras que, em 1832, já lançaram um livro escolares para as suas escolas (Kreutz, 1994, p. 58).

3.3 Autores dos Livros que Circularam no Período

Conforme Darnton (1990), o autor não é apenas o originador de um texto, mas um reflexo de seu ambiente social, cultura e político, e influenciado pelas convenções do seu tempo, ou seja, um produto de influências que vão desde as condições materiais até o público que pretende atingir. Desta forma, essa seção, trata da caracterização dos autores identificados, buscando identificar eventuais peculiaridades que possam ter influenciado as obras por esses produzidas.

Com base na pesquisa realizada, foram identificados 19 autores das 24 obras listadas. Tendo como base os autores elencados no Quadro 04, buscou-se informações acerca dos mesmos e das obras publicadas.

- Thomaz Ignácio da Silveira

Era Filho do tenente-coronel José Inácio da Silveira e de Silvéria Maria do Nascimento. Professor de Primeiras Letras e Alfabetizador, em Porto Alegre. Em 1822, **Thomaz Ignácio da Silveira** foi preso, acusado de conspirar contra o regime, mas libertado em seguida. Também era professor de francês e inglês (Barreto, 1986; Peres e Ramil, 2018).

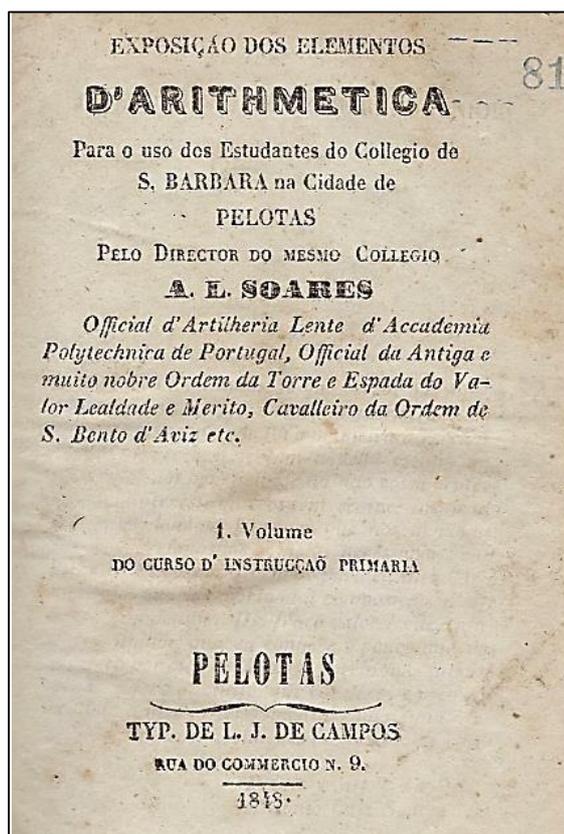
Junto com Claude Dubreuil, era proprietário de uma tipografia localizada na rua da Praia nº 6 em Porto Alegre. Em 1829 os dois fundaram o jornal O Amigo do Homem e da Pátria (Barreto, 1986). Foi autor do primeiro livro impresso no Rio Grande do Sul, o Compêndio Aritmético ou taboada curiosa para meninos, com 24 páginas, impresso no Tipografia Riograndense (Barreto, 1986; Peres e Ramil, 2018).

- Antonio Luis Soares

A obra escolar para aprendizagem da aritmética de **Antonio Luis Soares** (1805-1875), *Exposição dos elementos d'aritmética para uso dos estudantes do*

Colégio de Santa Bárbara na cidade de Pelotas (Figura 03), foi o primeiro livro impresso na cidade de Pelotas, editado e publicado no ano de 1848, pela casa tipográfica de Luiz José de Campos na cidade de Pelotas (Silva e Ripe, s.d.).

Figura 03 - Frontispício do livro *Exposição dos elementos d'aritmética para uso dos estudantes do Colégio de S. Bárbara*



Fonte: Soares (1848).

Antonio foi um oficial de artilharia português que era o diretor do colégio e se encontrava na cidade. Levada ao público no ano de 1848, pode ser enquadrada no gênero de livro escolar, cuja finalidade era fornecer um material de ensino estruturado e organizado para auxiliar tanto professores como alunos, no processo de ensino e aprendizagens (Dyannikov, 2016).

Em 1848, quando a obra foi publicada, Soares acabara de fundar uma escola privada somente para meninos na cidade (Silva e Ripe, s.d.). De acordo com Moreira (2014), anúncios publicados em jornal da época destacavam a importância para a formação dos alunos ressaltavam a experiência de seu diretor, que havia sido lente de uma das academias politécnicas na Europa.

Ainda segundo Silva e Ripe (s.d.), Soares frequentou o curso de matemática, na Academia Real de Marinha e Comércio da cidade do Porto, entre 1819 e 1820,

figurando no quadro de estudantes ilustres da Universidade do Porto. Tratava-se de um combatente atuante na defesa dos ideais do liberalismo, assumindo o posto de 2º tenente de artilharia e posteriormente de 1º tenente. Em 1833, foi distinguido com os títulos de Cavaleiro e de Oficial da Ordem Militar da Torre e da Espada, essa a mais elevada ordem honorífica de Portugal.

Em 1847, Soares viajou para o Brasil, rumo à Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, retornando para Portugal depois de quatro anos, vindo a publicar, em diversas edições de um jornal, uma série de suas “lições de aritmética para o ensino primário[...] dirigidas a futuros professores que as deveriam reproduzir posteriormente”. Soares assumiu o corpo docente da Academia Politécnica do Porto como primeiro lente proprietário da 1ª cadeira – Geometria analítica no plano e no espaço: Trigonometria esférica; Álgebra superior (Silva e Ripe, s.d.).

- Antonio Álvares Pereira Coruja

Antonio Álvares Pereira Coruja (1806-1889) nasceu em Porto Alegre em 31 de agosto de 1806. Depois de estudar diversas disciplinas de humanidades, dedicou-se ao magistério, leccionando a gramática e filosofia, por nomeação do governo (Blake, 1893). Foi deputado na Assembleia Provincial, comprometido com os movimentos políticos de 1836, tendo sido perseguido, o que o levou a mudar-se para o Rio de Janeiro, em 1837 (Blake, 1893).

Foi fundador do Lyceu de Minerva (Rio de Janeiro), um colégio de educação secundária para o sexo masculino. Ainda, foi autor de livros escolares, pesquisador da história, organizador de associações civis, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (BLAKE, 1883).

Escreveu uma série de obras, em diversas áreas, tais como (Blake 1883):

- a) *Compendio da grammatica da lingua nacional, dedicado á mocidade rio-grandense*. Porto-Alegre, 1835, livro muito utilizado nas escolas da Província e nas da Corte;
- b) *Manual dos estudantes de latim, dedicado á mocidade brasileira*. Rio de Janeiro, 1838, livro adotado no Colégio Pedro II;
- c) *Compêndio de ortographia da língua nacional, dedicado a sua magestade o senhor dom Pedro II*. Rio de Janeiro, 1848;
- d) *Manual de ortographia da lingua nacional*. Rio de Janeiro, 1852;

- e) *Arithmetica para meninos, contendo unicamente o que é necessário e se pôde ensinar nas aulas de primeiras lettras*. Rio de Janeiro, 1850, com várias edições posteriores;
- f) *Collecção dos vocábulos usados na província de S. Pedro do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro, 1861, publicado anteriormente na Revista do Instituto Histórico, reimpressa em Londres em 1856, e depois no Rio Grande do Sul. Parte dos vocábulos desta coleção são da língua guarany;
- g) *A vida de José Bernardino de Sá depois de sua morte ou o processo Villa-Nova do Minho*. Rio de Janeiro, 1856.
- h) *Antigualhas e reminiscencias de Porto-Alegre*. Rio de Janeiro, 1881.

- José Ramos Paz

Segundo Borges (2023), **José Ramos Paz**, foi um professor português de ensino secundário em Vianna do Castelo, cidade do Norte de Portugal, e era conhecido por ser autor e tradutor de vários manuais escolares.

Estudou na Academia Politécnica do Porto (Pinto, 2011). Atuou como professor do ensino secundário de matemática elementar, geografia, francês e de outras matérias e foi proprietário de uma escola particular (Zuin, 2007), por autorização do Conselho Geral de Instrução Primária. Recebia alunos brasileiros a fim de ensiná-los matemática elementar, geografia, francês e outras matérias, em sua escola (Borges, 2003). Detinha reconhecimento social, sendo procurado para ministrar cursos preparatórios para os alunos realizarem os exames, sendo autor ou tradutor de diversas obras (Moreira, 2012).

Segundo Zuin (2007), Paz informa que havia desenvolvido um método para o ensino de Aritmética muito mais prático, quando conheceu o livro “*A treatise on the first principles of Arithmetic: after the method of Pestalozzi*”, escrito por Thomas Turner Tate, que propunha uma abordagem tal e qual ele havia concebido. Optou por abandonar o seu livro e traduzir o de Tate, acrescentando o sistema métrico decimal e escrituração comercial, afirmando que esta inclusão se devia às exigências das necessidades da instrução daquela época. A Figura 04, a seguir, apresenta o frontispício da referida obra.

Figura 04 - Frontispício o livro de Antonio Luis Soares



Fonte: Soares (1848).

- Francisco de Paula Soares

Francisco de Paula Soares, nasceu em 1825, na cidade de Montevidéu. Na época do seu nascimento, o Uruguai, então chamado Banda Oriental do Uruguai, estava incorporado ao Império do Brasil (Castro, 2023). Foi professor e médico pela Universidade de Buenos Aires. De sua cidade natal, Montevidéu, passou a residir na cidade portuária de Rio Grande, estado do Rio Grande do Sul, Brasil, onde trabalhou em uma Alfandega local e em um colégio, dirigido pelo Padre Branco (Castro, 2023).

Em 1846, aos 21 anos de idade, na capital do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, realizou exames para concorrer ao cargo de professor público vitalício (Castro, 2023). Atuou na instrução pública no Rio Grande do Sul, além de participar ativamente da política como deputado provincial durante mais de dois mandatos. Ainda escreveu cartilhas e silabários durante seu período de atuação nas escolas sul-rio-grandenses.

Morou em diversos lugares e exerceu diferentes profissões – médico, político e professor, dedicando-se ainda à produção de cartilhas escolares (Castro, 2023). Segundo Arriada (2007), Paula Soares exerceu o cargo de Inspetor Geral da Instrução

Pública, pertencia ao Partido Liberal, sendo nomeado Diretor do Liceu Dom Afonso. Faleceu em 1881. Com a colaboração de Carlos Hoeffler, escreveu vários artigos e textos sendo muito ativo na sociedade da época.

Dessa forma, a análise da vida de Francisco de Paula Soares, assim como de outros professores, envolve elementos que transcendem docência e a autoria de cartilhas, incluindo aspectos sociais, posição política e a inserção na sociedade na qual viveu (Castro, 2023). Foi responsável pela obra *Resumo de Arithmética* publicada em Porto Alegre em 1860 com Frederico Adão Carlos Hoefler.

- Frederico Adão Carlos Hoefler

Frederico Adão Carlos Hoefler (1822-?), conhecido como Carlos Hoefler, nasceu em Erfurt, província da Saxônia, território da Prússia. Frequentou os cursos de teologia, filosofia e filologia, atuando como professor e, entre os anos de 1849 e 1851, serviu como oficial do exército dos Ducados de Schleswig e Holstein, no processo da unificação da Alemanha.

Segundo Padovan (2023), com o fim das atividades como professor e a dissolução do exército, veio para o Brasil, no ano de 1851, como capelão das forças militares prussianas contratadas pelo Império brasileiro para lutar na guerra pelo domínio do Rio da Prata. Em 1855, fixou residência na província do Rio Grande de São Pedro, naturalizando-se brasileiro.

Dedicou-se ao magistério e, concomitante, escreveu e publicou um conjunto de seis obras, algumas em parceria com Francisco de Paula Soares. Destaca-se, em 1858, a edição, pela Tipografia Brasileira Alemã, do livro "*Sillabario brasileiro para aprender facilmente a ler*", publicado em cidades portuguesas e em Paris, ao longo do século XIX (Blake, 1895).

Em meados dos anos sessenta, fundou um Colégio na cidade de Porto Alegre. Além de dirigi-lo, também atuou como professor, prática comum na época visando a garantir a manutenção e visibilidade da instituição (Arriada, 2007).

Segundo Gomes (2012), ainda com relação à produção de material para estudos nas aulas, publicou em 1860, como único autor, o livro *Resumo da Arithmetica* e, no ano de 1861, lançou uma obra de maior circulação, *Grammatica elementar da lingua latina*, para uso dos liceus e colégios.

Sua interação na vida pública e social na cidade de Porto Alegre mostrou-se notória. A começar pela participação no Instituto Histórico Geográfico da Provincia de

São Pedro, no diálogo com representantes da elite política e intelectual, assim como o envolvimento profissional com a educação secundária, seja através do Liceu ou das escolas particulares, o que lhe permitiu expressiva atuação, materializada sobretudo na visibilidade do conjunto das obras publicadas, inclusive obtendo publicações pelo Rio de Janeiro (Padovan, 2023).

- Vasco de Araujo e Silva

Vasco de Araujo e Silva (1838-1895) concluiu seus estudos na Escola Militar e de Aplicação da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, tendo obtido o posto de 1º cadete em fevereiro de 1859 (Relatório do Ministério da Guerra 1859-1940). Foi estudar na Escola Central do Rio de Janeiro, tendo sido aprovado em exames de física, matemática e química (Silva, 2019).

Depois de ter feito parte do curso da antiga Escola Central do Rio do Janeiro, tendo sido aprovado nos exames de física, matemática e química (Silva, 2019), voltou para a Província, na qual ocupou um posto na secretaria de governo (Blake, 1893).

Segundo Arriada (2007), Araújo e Silva foi fundador, junto com Apolinário e Apeles Porto Alegre, do Colégio Rio-Grandense, em 1870. Em 1871, foi nomeado para integrar o Conselho Diretor da Instrução da Província. Escreveu livros de geografia, agricultura e geometria, todos adotados para uso das escolas públicas estaduais. Sobre este último tema, "*Noções de geometria pratica: para o uso das escolas de instrucção elementar*", foi um dos primeiros manuais de geometria publicados no Rio Grande do Sul (Silva, 2019).

Conforme Silva (2019), Vasco de Araujo e Silva não foi apenas um autor de livro escolar, mas membro atuante da sociedade local, com destacados cargos públicos.

- Wilhelm Rotermund

Wilhelm Rotermund (1843-1925), nasceu na Alemanha, formando-se em Teologia na Universidade de Göttingen. De 1867 a 1869, adquiriu experiência como professor em escolas rurais na Alemanha (Silva, 2024). Doutorou-se em Filosofia, na Universidade de Jena (Dreher, 2014).

Ainda, segundo Silva (2024), trabalhou alguns anos como professor e como pastor evangélico na Alemanha, chegando ao Brasil no final de 1874, tornando-se, em São Leopoldo, uma das principais lideranças entre os imigrantes alemães. Fundou a

Livraria Evangélica, que, posteriormente passou a se denominar Livraria de W. Rotermund. Ainda em 1880, Rotermund começou a editar o jornal Deutsche Post, que circulou até 1928 (Silva, 2016).

Segundo Kreutz e Arendt (2007), foi autor de 16 livros escolares para as escolas de imigração, cinco dos quais foram escritos em português. Além dos manuais de sua autoria, editou grande número de manuais escolares de outros autores. Cabe destaque que, em 1879, pela mesma editora (Evangelische Buchandlung), publicou o livro “*Rechenfibel ou Primeiro livro de aritmética*”, em coautoria com H. Nack, professor do Seminário de Professores de Verden (Silva, 2024).

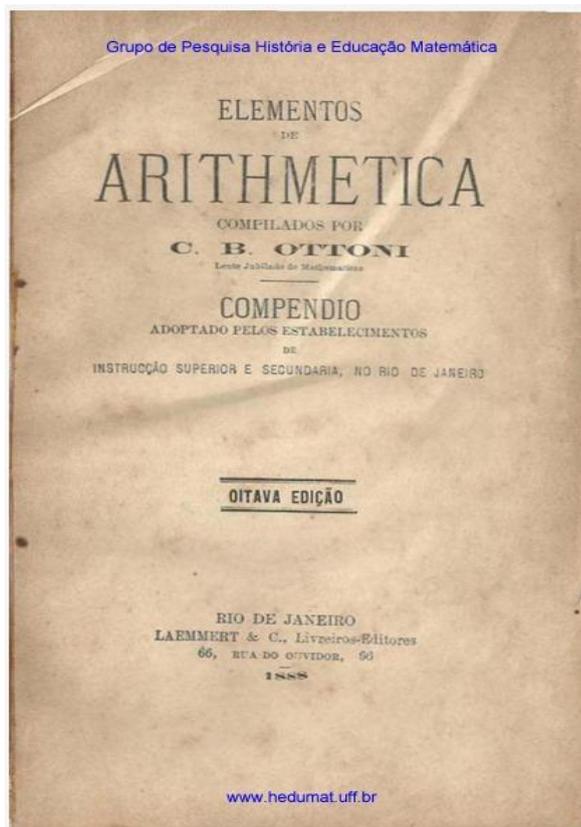
- Cristiano Benedito Ottoni

Nasceu na Província de Minas Gerais, em 1811 **Cristiano Benedito Ottoni**. Como praça de aspirante a guarda-marinha, concluiu, em 1830, o curso acadêmico respectivo, sendo promovido a oficial. Ocupou o cargo de professor de geometria em Ouro Preto, até 1833 (Blake, 1893).

Vindo para a corte, concluiu o curso de engenharia na antiga escola militar, em 1837, tendo sido, antes disto, nomeado lente substituto da de marinha, em 1834. Foi nomeado lente catedrático, em 1844, e exerceu o magistério até 1855, quando obteve sua jubilação, bem como a reforma no posto de capitão-tenente da armada. Foi o primeiro diretor da estrada de ferro D. Pedro II, depois presidente, até que a estrada, em 1865, passou a ser propriedade do Estado (Blake, 1893).

Foi deputado na Assembleia do Rio de Janeiro em sua primeira legislatura, em 1835, deputado pela Província em diversas legislaturas, sendo eleito por duas vezes senador pelo Espírito Santo (Blake, 1893). Publicou seu último trabalho, *Elementos de Arithmética*, no ano de 1852, no Rio de Janeiro. A segunda edição de *Elementos de Arithmética*, publicada em 1855 (Farias, 2016). A Figura 05 apresenta o frontispício da 8ª edição.

Figura 05 - Frontispício do livro *Elementos de Arithmetica*



Fonte: Disponível em: <https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/VIDYA/article/view/2798> Acesso em: 21/10/2024

- José Theodoro Souza Lobo

José Theodoro de Souza Lobo nasceu em Porto Alegre. Foi professor de Matemática da Escola Normal de Porto Alegre, escritor de obras literárias e inspetor da instrução pública e proprietário de um colégio (Colégio Souza Lobo) (Pais, 2010).

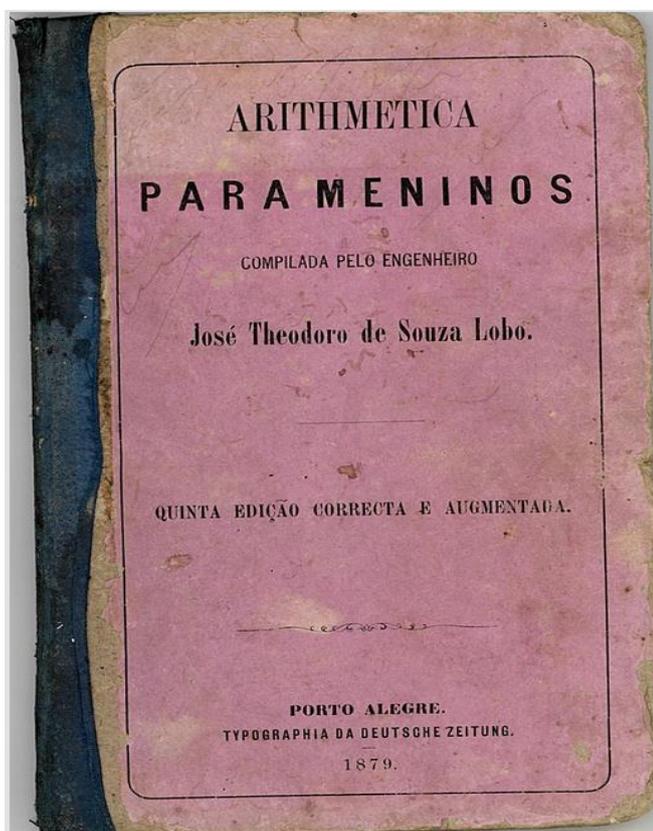
Estudou na Escola Central do Rio de Janeiro, instituição que precedeu à criação da Escola Politécnica, recebendo o diploma de Engenheiro Geógrafo. Seus interesses intelectuais não estavam restritos ao campo das ciências exatas. Envolvido em atividades literárias, escreveu artigos para revistas e participou de projetos culturais em parceria com outros intelectuais gaúchos (Pais, 2010).

Foi membro da Academia Rio-grandense de Letras e colaborador da revista o Partenon Literário, onde publicou artigos em 1869. (Vilas Boas, 1974). Antes de ser aprovado no concurso para ser professor de matemática da Escola Normal, ocupou, interinamente, a cadeira de ciências da mesma escola. A atuação na formação de professores primários, no momento de expansão do número de escolas, contribuiu para que Souza Lobo construísse uma das condições para difusão das suas obras.

Entre as suas várias obras didáticas, publicou “Geographia Elementar”. Em Matemática, publicou as obras: “Primeira Arithmetica Para Meninos”, “Segunda Arithmetica Para Meninos”, “Segunda Arithmetica” (Pais, 2010).

Uma das primeiras edições da Segunda Arithmética de Souza Lobo foi em 1870 e, em 1949, chegava à 37ª edição, sendo que a Primeira Arithmética alcançou, em 1954, a 51ª edição. Assim sendo, Souza Lobo foi um autor de livro-texto que permaneceu, por mais de setenta anos, liderando a vendagem de livros para o ensino da Matemática elementar no Rio Grande do Sul (Silva, 1997). A Figura 06, a seguir, mostra o frontispício da 5ª edição, datada de 1879.

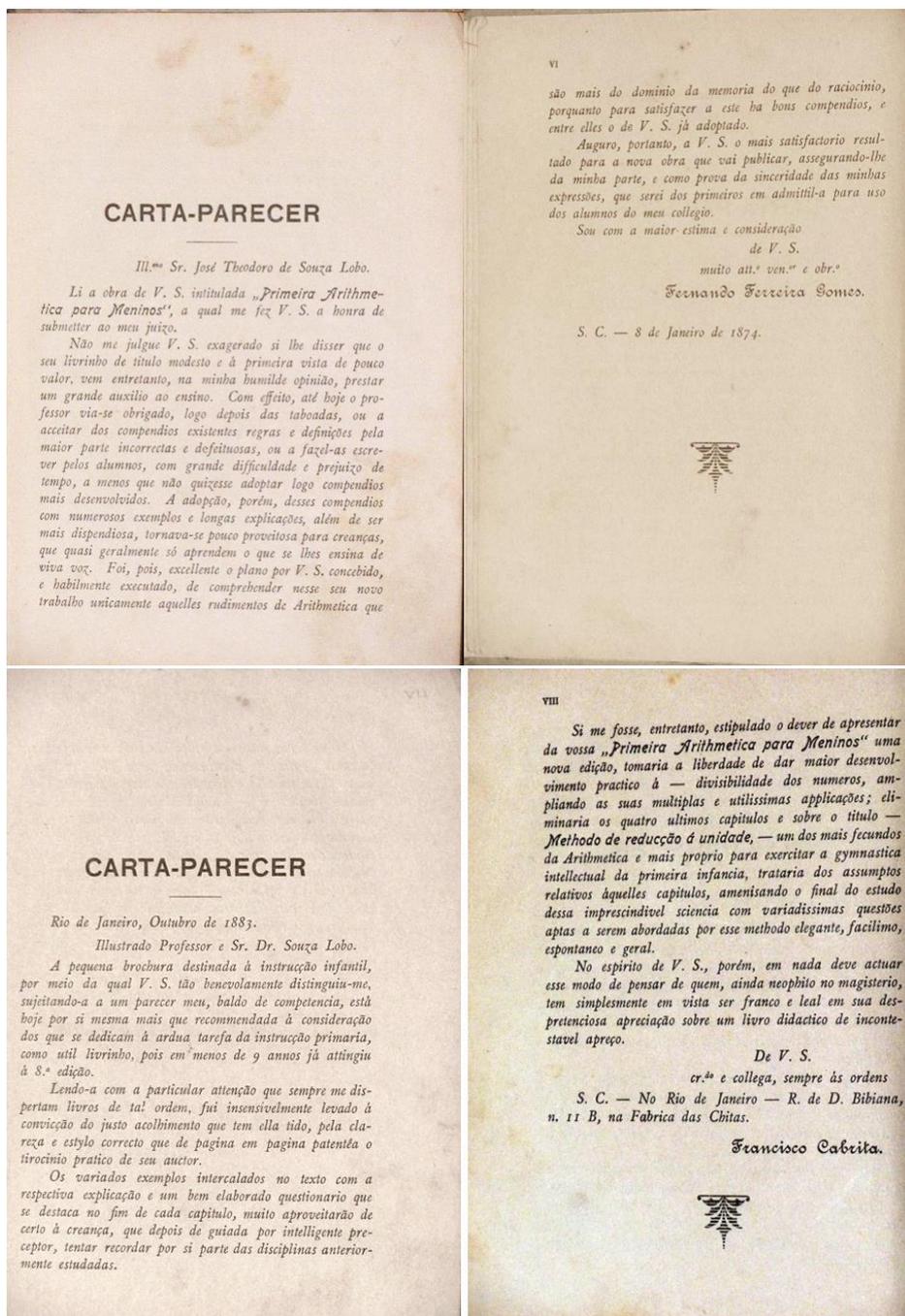
Figura 06 - Fronstispício do livro *Arithmetica para meninos*



Fonte: Repositório Institucional UFSC
disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/161370>>

A Figura 07, apresenta as cartas-parecer datadas, respectivamente de 1874 e 1883, da obra *Primeira Arithmetica para Meninos*. Hilzendeger (2009) afirma que, com base na carta-parecer de Francisco Cabrita (da oitava edição), e que, comumente, a cada ano, apenas uma edição era produzida, é possível supor que a 1ª edição desse livro escolar tenha sido realizada entre 1875 e 1876, coincidindo com a abertura do Colégio Souza Lobo, fundado pelo próprio.

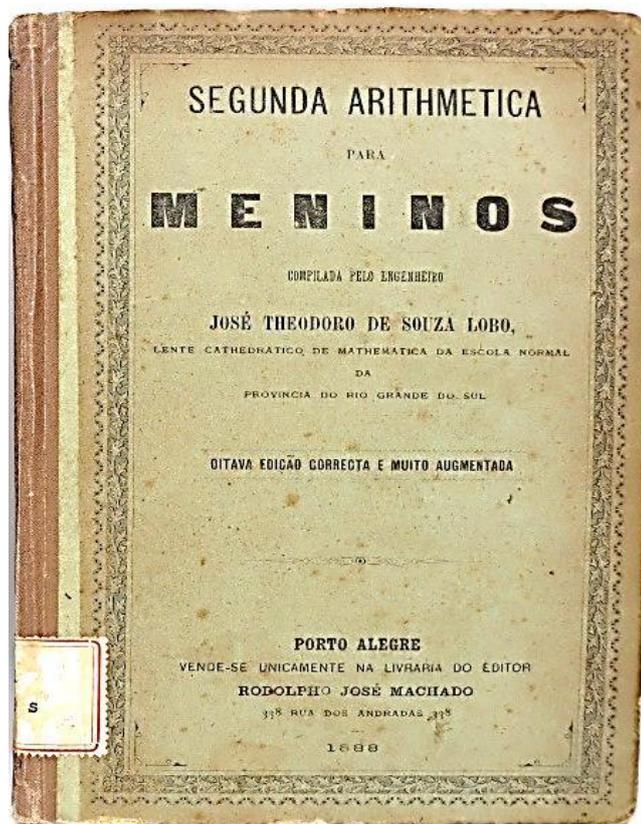
Figura 07 - Cartas- parecer do livro *Primeira Arithmetica para meninos*



Fonte: Hilzendeger (2009, pp. 26-27)

Já a Figura 08, apresenta o frontispício da *Segunda Arithmetica para Meninos*, do mesmo autor, datada de 1888.

Figura 08 - Frontispício da Segunda Arithmetica para Meninos



Fonte: Internet disponível em: <https://www.antigoporto.com.br/peca.asp?ID=14031713_>

- Francisco José de Mattos Abreu

Francisco José de Mattos Abreu era um comerciante na cidade de Rio Grande. Foi professor responsável pela cadeira de Escrituração, no curso de Escrituração Mercantil, ministrado na Bibliotheca Rio-Grandense, na década de 1880 (Teixeira, 2017).

- Luiz Celestino de Castro

Luiz Celestino de Castro, nascido na cidade do Rio de Janeiro em 1849, foi coronel do corpo de engenheiros, doutor em matemática e ciências físicas e lente catedrático da escola militar do Rio Grande do Sul (Blake, 1893).

Exerceu vários cargos, como o de assistente do ajudante do general do exército, tendo servido no cargo de chefe da secção da diretoria de obras militares (Blake, 1893).

Segundo Blake (1893), escreveu "*Lições de Arithmetica*" (1888), "*Lições de trigonometria retilínea e esférica*", e "*Lições de geometria elementar*". Baseou seu

livro-texto “*Lições de Arithmetica*”, primeira edição em 1883 e quarta edição em 1914, no método de exposição de Auguste Comte. O livro era um resumo das lições que ministrava na Escola Militar do Rio Grande do Sul, sendo adotado na referida escola (Silva, 1997).

É digno de registro que, à época, os livros de Castro competiam com as obras de José Theodoro de Souza Lobo.

- Demétrio Nunes Ribeiro

Demétrio Nunes Ribeiro nasceu em Alegrete, no Rio Grande do Sul. Era bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas na Escola Politécnica do Rio de Janeiro e de lá trouxe as ideias positivistas para o Sul do país. Teve um papel destacado na vida pública do Estado, tanto no ensino quanto na política (Silva, 1997).

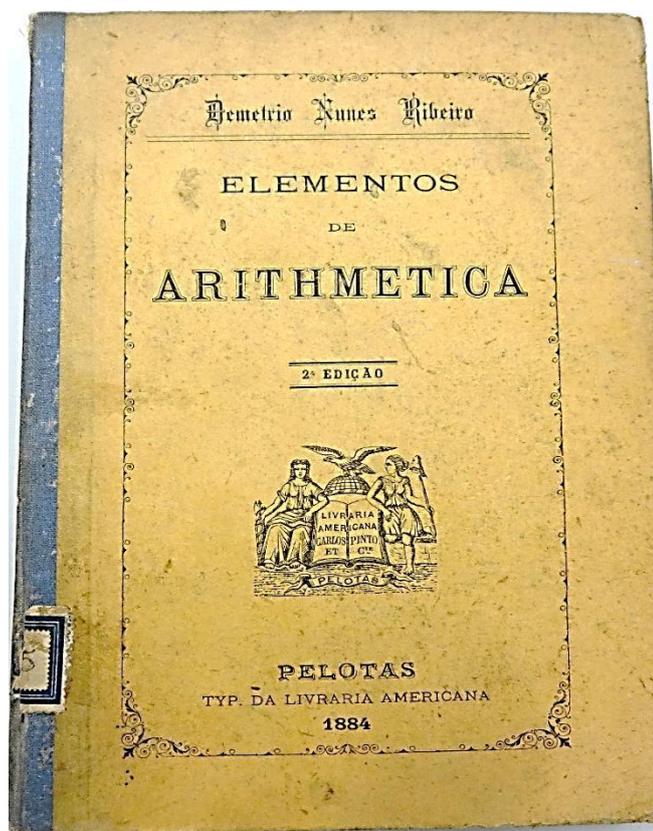
Como engenheiro, iniciou suas atividades como encarregado das linhas telegráficas do Rio Grande do Sul e trabalhou na estrada de ferro ligando as cidades de Porto Alegre e Uruguaiana (Silva, 1997). Foi nomeado, por Benjamim Constant, membro do primeiro governo, em 1889, no cargo de Ministro da Agricultura e foi, posteriormente, deputado federal pelo Rio Grande do Sul. No Rio Grande do Sul, colaborou na formação da Assembleia Constituinte e na redação da Constituição do Estado (Silva, 1997).

Como educador, atuou como professor de Ciências Naturais e como diretor da Escola Normal de Porto Alegre. Entre 1890 e 1893, foi diretor do jornal "O Rio Grande" e redator do jornal "Federação", no qual publicava muitos artigos de cunho político, com o pseudônimo "Gaúcho Velho". Escreveu dois livros-didáticos "*Curso Elementar de Arithmética*", 1ª parte publicada em 1881 e a segunda parte, em 1882. A primeira parte teve duas reedições, em 1883 e em 1911 e a segunda apenas uma reedição em 1911 (Silva, 1997).

O Curso Elementar de Arithmetica obteve do júri da Exposição Pedagógica da Corte, em 1883, o mais alto prêmio. Ele foi adotado, segundo o depoimento do neto de Demétrio Nunes Ribeiro, na Escola Normal de Porto Alegre (Silva, 1997).

Um terceiro livro de Demétrio Ribeiro foi identificado, que não consta em nenhuma das publicações que fizeram parte desta pesquisa. Trata-se de “*Elementos de Arithmética*”, cuja segunda edição é datada de 1884, editado pela Typographia da Livraria Americana, em Pelotas e que consta do acervo da professora Circe Mary Silva da Silva Dynnikov, conforme mostrado na Figura 09, a seguir.

Figura 09 - Frontispício do livro *Elementos de Arithmetica*



Fonte: Acervo pessoal Circe Dynnikov

- Arno Ernst

Arno Ernst era professor de Francês, Inglês, Aritmética e História. Também ministrou lições particulares de Língua Inglesa e Desenho (Teixeira, 2017).

Foi diretor do *Collegio Allemão*, na cidade de Rio Grande, que aceitava estudantes em regime de internato. Na década de 1870, o Prof. Arno cria o *Collegio Ernst*, seguindo a antiga proposta de instrução primária e secundária, tendo o ensino do alemão como obrigatório.

Na década de 1880, o *Collegio Ernst* se destaca, rivalizando com os demais estabelecimentos particulares da cidade. O ensino da Língua Alemã era obrigatório e seu programa de estudos era organizado conforme os programas dos colégios da Alemanha (Teixeira, 2017).

Organizou e publicou alguns livros escolares que circulavam na Província no final do século XIX. Seu livro de Aritmética estava presente na lista de compêndios adotados pelo Collegio União no final da década de 1870 e seguia sendo comercializado na década de 1880 (Teixeira, 2017).

- Diogo Francisco Cardoso

Conforme o Relatório do Diretor do Liceu Dom Afonso, José Maria de Andrade, 31 de março de 1869, **Diogo Francisco Cardoso** lecionou interinamente a disciplina de matemática do Liceu Dom Afonso em 1869, quando substituiu João Batista de Alencastro. Possuía formação militar e em 1870 prestou concurso tornando-se efetivo. Escreveu um compendio de matemática e seu nome aparece como professor até 1875 (Silva, 2016).

- Bernardo Taveira Júnior

Bernardo Taveira Júnior, era natural de Rio Grande, nascido em 1836. Era um poliglota, conhecendo, além do português, o francês, alemão, italiano, espanhol, sueco, dinamarquês, latim, grego, além do guarani e do sânscrito (Teixeira, 2017).

Era autodidata. Desde 1857 era professor, principalmente de instrução secundária, chegando a fundar uma escola em São Gabriel, onde viveu por quatro anos. Após, regressou a Pelotas, em 1866, para continuar exercendo a mesma profissão até seus últimos dias, tendo escrito muitas obras (Neves, 2007).

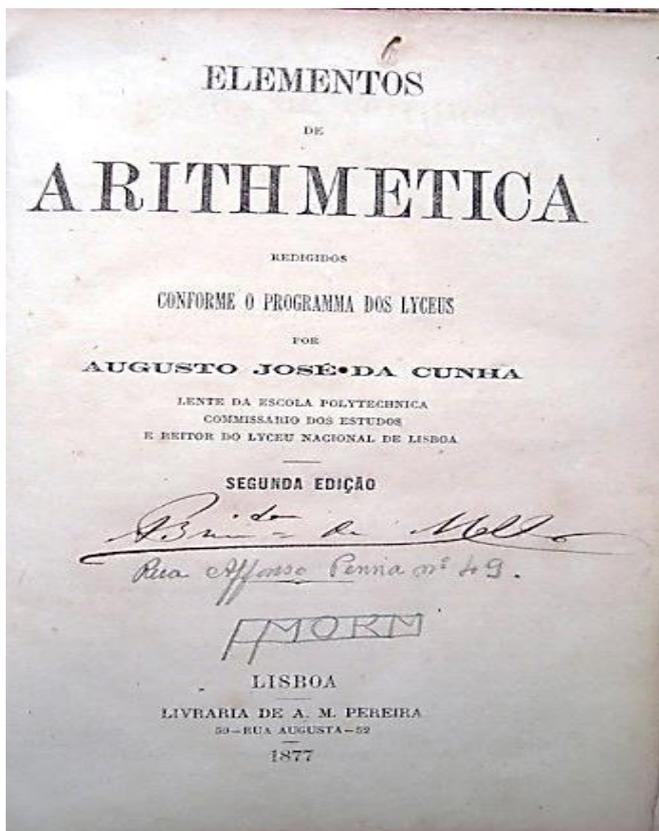
- Augusto José da Cunha

Augusto José da Cunha (1834-1919), nasceu e viveu em Portugal, sendo ministro dos Negócios da Fazenda e ministro das Obras Públicas. Foi o primeiro Reitor da Universidade de Lisboa. Estudou na Escola Politécnica e da Escola do Exército.

Lecionava a cadeira de Mecânica e de Topografia no Instituto Nacional de Agricultura e Veterinária, de onde foi seu diretor. Foi Diretor do Banco de Portugal e Diretor da Casa da Moeda. Teve papel relevante no meio acadêmico, escrevendo diversos manuais para o ensino secundário, adotados nos liceus do Reino e em diversos colégios privados.

A Figura 10, a seguir, apresenta o frontispício do livro *Elementos de Arithmetica*, 2ª edição, datado de 1877.

Figura 10 - Frontispício do livro *Elementos de Arithmetica*



Fonte: Internet Disponível em: < <https://livrariafernandosantos.com/produto/elementos-de-arithmetica-3/> >

Já na Figura 11, apresenta-se um anúncio que informa a disponibilidade da obra supracitada pela Livraria Mazon, de Porto Alegre, em 1885.

Figura 11 - Anúncio no jornal *A Federação*, em 1886

<p>Ano 1885: Edição 00100 (1)</p> <p>flores brancas que tanto debilitam o mago e o calharro utero-vaginal, apparecem em poucos dias com o las afamadas pilulas negras do Mandick de Amsterdam, preparadas com copalilhato de ferro e cubeba; não contém mercúrio, tomam-se com facilidade e não dão colicas irritação; com o uso d'estas pilulas é preciso injeções nem tisana.</p> <p>ENDEM-SE NAS DROGARIAS</p> <p>Hallawell e Comp.</p> <p>É NA DE</p> <p>JOUVIN & METZGER</p> <p>Rua dos Andradas 230 PORTO ALEGRE (67)</p> <p>missões, Consignações e Importação</p> <p>OUVIN & METZGER</p> <p>RUA DOS ANDRADAS 230 Porto Alegre</p> <p>Comprador em Paris, rua Charot n. 83</p> <p>especialidade de liquidos finos, vinhos de Bordeaux, Bourgogne, Champagne, do Rheno, da Italia, da Hespanha, Portugal, etc.</p> <p>ordalozas com vinho superior. Cognac, Kirsch, Rhum, cerveja mardreher, etc., licores de todas as variedades, Absinth Pernod, Vermouth Ily Frat e Torino legitimos, Bitter, colado Menier, etc., charutos de vana legitimos, etc.</p> <p>Unicos agentes n'esta provincia do mado azeite Michel Loques, e convas alimenticias de Louit Freres & C.</p> <p>(72)</p>	<p>gráo a negocios amourosos para as longas noites de</p> <p>St. Antonio, S. João</p> <p>Os editores, notando a falta de um livro que em assumpto de tanta importancia como seja O descorrtinar do futuro, inspirasse confiança e encaregaran da confecção de um á sapencia de um grande oraculo brasileiro, que modestamente se occulta sob o pseudonymo de BEDUINO, deo da muito conhecido nos principaes circulos da sociedade brasileira pela exactidão e infallibilidade de suas predições.</p> <p>Um volume de 160 pgs. nitidamente impresso \$200</p> <p>Remette-se pelo correio, com os respectivos dados por . . . \$250</p> <p>A QUEM O PEDIR</p> <p>Livraria Americana — Carlos Pinto & C.</p> <p>PELOTAS E PORTO ALEGRE (603)</p> <p>Sal fino claro</p> <p>Vende-se a bordo do lugar Guarany, a preço baixo.</p> <p>Trata-se com Ventura Pinto de Oliveira, Doca, 48. (627)</p> <p>ACÇÕES</p> <p>Vendem-se algumas da Companhia Pastoral.</p> <p>Rua dos Andradas n. 204. (623)</p> <p>DR. PRIMO</p> <p>Cirurgião dentista</p> <p>Póde ser procurado todos os dias no seu gabinete</p> <p>267 RUA DOS ANDRADAS 267 (28)</p> <p>LIVRARIA MAZON</p> <p>Recebeu os seguintes livros:</p> <p>Cunha — Algebra.</p> <p>» — Arithmetica.</p> <p>Lacerda — Geographia.</p> <p>Panseau — Abc musical.</p> <p>Degrange — Escripuraça mercantil.</p> <p>Delamarcho — Atlas.</p> <p>Pontos de philosophia, rhetorica e historia.</p> <p>Homen de Mello — Atlas do imperio do Brazil.</p> <p>Anstet — Grammatica allemã.</p> <p>Gruber — Methodo portuguez allemão.</p> <p>Araripe — Codigo civil brasileiro.</p> <p>Desobry — Historia universal.</p> <p>Ullacker — Reforma eleitoral.</p> <p>Smiles — O dever.</p> <p>» — O poder da vontade.</p> <p>Questões de liberdade relativas ao elemento servil. (641)</p> <p>Rua dos Andradas n. 495</p> <p>ALICAM-SE OS SEGUINTEZ PREMIOS.</p>
---	---

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira
Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/388653/per388653_1885_00100.pdf

- Antônio Maria Barker

Segundo Peres (2020), **Antônio Maria Barker** nasceu na cidade do Porto, em 1792, e veio para o Brasil em 1810. Teve uma vasta produção literária, pedagógica e didática. Entre suas obras estão “Rudimentos aritméticos ou tabuadas de somar, diminuir, multiplicar e dividir, com as principais regras dos quebrados e decimais” (1865).

A Figura 12, a seguir, apresenta anúncio no jornal *O Commercio*, em 1886, do recebimento de mapas de aulas particulares em Bagé, nas quais o livro *Arithmetica de Barker* foi utilizado.

Figura 12 - Anúncio no jornal *A Federação*, em 1886

Ano 1886 Edição 00035 (1)

O *Conservador* limita-se á *Parte Official*, que abrange as suas duas primeiras paginas.

Apezar d'isso, a publicação do expediente está immensamente retardada.

Hoje publica o expediente do dia 9 de janeiro !

Mais de um mez de atrazo.

Sempre retardatario, o organ ordeiro.

—

O *Jornal do Commercio* apresenta nas primeiras columnas o seu interminavel *Boletim do exterior*, que invariavelmente lhe envia o seu correspondente do Porto.

Hoje deve ser lido como artigo de fundo.

No mais, está noticioso o organ neutro.

—

A *Gazeta de Noticias* continúa a discutir o resultado da eleição no 1º districto, defendendo sempre a resolução de mineria de junta

Assentou praça no 13º batalhão com

gado.

AULAS PARTICULARES

Foram recebidos pela repartição e instrução publica os seguintes mapps de aulas particulares:

Bagé — Escola Porto, regida por Antonio José da Silva Porto e dd. Universina Porto, Herodotina Porto e Osorolina Porto; frequencia 46 annos alumnos, sendo 27 do sexo masculino e 19 do feminino, com bastante aproveitamento.

Bagé — Aula particular, regida por João Maria Carneiro — Alumnos 76; methodo de ensino: 1º e 2º livros de Hilario, Manual de Achylles Monteverde, grammatica de Coruja e Bibiano, geographia da provincia, de Hilario, dita de Abreu, curso graduado de lettra manuseripta por Barker, Historia do Brazil, de Lacerda, *Arithmetica* de Barker, idem de Souza Lobo, systema metrico de Francisco José Cardoso. Bastante aproveitamento.

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira

Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/388653/per388653_1886_00035.pdf

- Izidoro José Lopes

Izidoro José Lopes, foi professor de Gramática Latina, autor de um Compêndio de Gramática da Língua Nacional e de três Compêndios de Aritmética. Regente das cadeiras de Gramática nacional e francesa, aritmética, retórica e filosofia, além da Aula pública de latim. Publicou o jornal *O Commercio* (1840-1848), na tipografia que levava seu nome, folha política e comercial de orientação monarquista, que circulava as terças e sextas-feiras em Porto Alegre.

Vários autores tiveram educação militar e, em alguns casos, eram professores de escolas militares ou tiveram passagem por elas. Identifica-se, também, que muitos deles não se restringiram à elaboração de obras de aritmética, mas que circulavam por diferentes disciplinas com a mesma propriedade.

Outro aspecto que merece destaque é que, na sua grande maioria, elaboraram livros escolares como forma de estruturar o ensino de matemática na Província, inicialmente com o objetivo de organizar e guiar o ensino mútuo e, mais tarde, para apoiar o ensino nas escolas de instrução pública e nos seus próprios estabelecimentos.

Por fim, pode-se dizer que, dadas as edições produzidas, e a conseqüente longevidade de muitas dessas obras, que persistiram até mesmo após a morte de seus autores, essas obras representaram um marco para a cultura da matemática escolar tanto no período de interesse dessa pesquisa, como períodos posteriores, avançando, em alguns casos, ao século XX.

Após analisar os autores das diferentes obras identificadas no desenvolvimento da pesquisa, torna-se oportuno analisar o processo de produção dessas obras, no que concerne aos editores, gráficos, distribuidores e livreiros, presentes no modelo de Darnton (1990), mas que deve ser adaptado à realidade da época. Dessa forma, a seção 5.4, a seguir, procurará caracterizar os atores envolvidos nos processos de impressão e comercialização dos livros escolares, no período de interesse

4 PANORAMA EDITORIAL NA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL

Desde 1820, há registros do uso de livros escolares no Brasil durante o período imperial, quando as primeiras escolas públicas foram estabelecidas no país. É nesta década começaram a surgir a produção de manuais impressos nas gráficas do Brasil.

De acordo com Silva (2012), durante o período imperial, o livro escolar começou a ser usado de forma mais organizada no Brasil, especialmente após a fundação do Colégio Pedro II em 1838, no Rio de Janeiro. Neste período, a educação era voltada para a elite, tendo a Europa como ponto de referência cultural para essa classe social, particularmente a sociedade francesa. Por isso, era comum que os livros escolares usados aqui fossem importados da França.

Historicamente, houve preconceitos em relação aos intelectuais que se dedicam à produção de livros escolares, pois tais obras foram consideradas como obras menores, secundárias. Essa situação não era diferente no século XIX e início do século XX, embora houvesse algumas particularidades (Bittencourt, 2004).

Durante o período imperial e início da Primeira República, os escritores que contribuíram para a criação de livros escolares e de leitura para o ensino primário e secundário produziram trabalhos focados na formação da identidade nacional, impulsionados por interesses estatais. Assim como outros componentes da cultura escolar, os livros escolares também contribuíram para o fortalecimento do sentimento de nacionalidade, introduzindo desde o começo perspectivas patrióticas na elaboração da história do Brasil (Silva, 2012).

Os livros escolares foram considerados pelos respectivos autores como instrumentos de trabalho dos professores, em uma época em que instituições de formação de professores eram praticamente inexistentes (Bittencourt, 1993).

É inegável a importância do livro escolar para a formação de professores e alunos durante o século XIX. Assim, conforme pontua Bittencourt (1993), sua elaboração deveria ser meticulosa, articulada aos interesses do Estado, e produzidas para suprir as carências dos professores malformados.

Ao longo do tempo, entretanto, esse objetivo se modifica. Segundo Zacheu e Castro (2015), se inicialmente as obras didáticas tinham a finalidade de atender ao professor, no decorrer do século XIX, buscou-se estender as obras didáticas aos alunos, acarretando uma mudança nos projetos editoriais, já que os livros deveriam ser escritos tendo os alunos como usuários finais.

Segundo Bittencourt (2008), as relações entre os autores e editores vão se modificando ao longo do tempo, correspondem ao percurso histórico da constituição das editoras no Brasil. Até 1822, a impressão era monopólio do Governo Imperial. A partir do término do monopólio da Impressão Régia, passa a haver uma transferência dos encargos editoriais para o setor privado (Bittencourt, 2008).

A Tipografia Nacional continuou publicando obras didáticas em número restrito e editores de origem estrangeira passaram a se ocupar da produção nacional. Na capital do Império, a cidade do Rio de Janeiro, as marcas editoriais francesas, em especial, foram se consolidando, em razão da dependência de técnicas de produção e das políticas de importação (Bittencourt, 2008).

Para Lajolo e Zilberman (2003), é possível, por meio das publicações, perceber que os rumos escolhidos pelos governantes da Corte para a educação eram seguidos pelas Províncias. Assim, em um primeiro momento, as traduções abasteciam o mercado local; em seguida exigiram-se autores nativos para produzir os textos; mais adiante, assuntos de coloração patriótica.

Entretanto, na Província de São Pedro, essa “evolução” percebida tanto na capital da corte, a cidade do Rio de Janeiro, como em São Paulo, outro grande centro na época, não ocorreu no mesmo ritmo (Gomes, 2012).

Conforme Cesar (1971 *apud* Strelow, 2016), a imprensa chega à Província de São Pedro durante a primeira fase da história literária do Rio Grande do Sul (que foi de 1737 a 1834), e foi marcada pela circulação de uma Literatura Oral.

Isto se justifica, pois, segundo as estimativas de Gonçalves Chaves (1978 *apud* Strelow, 2016), em 1822, a população total da Província era de 106.196 habitantes, enquanto Porto Alegre contava com 36.050 habitantes, dos quais poucos eram letrados. Uma evidência deste pequeno “letramento” é que apenas no ano de 1800

houve a abertura, em Porto Alegre, da primeira escola particular a funcionar regularmente, que funcionava na casa do professor Antonio d'Ávila, recém-chegado ao continente, para ensinar a ler, escrever e contar e a doutrina cristã (Schneider, 1993).

Ainda, conforme Gomes (2012), no mesmo ano em que Antonio Coruja começa a atuar como professor nomeado, alguns habitantes unem-se para adquirir uma tipografia para impressão do Diário da cidade. Assim, em um contexto de reação liberal ao governo de D. Pedro I, segundo Strelow (2016), foi criado o primeiro jornal sul-rio grandense, em 1827, O Diário de Porto Alegre.

Segundo Arriada (*s.d.*), a partir da evidente ausência de compêndios para uso de professores e alunos, eram as pequenas tipografias, que editavam pequenas edições (pequeno número de exemplares), necessárias para o uso tanto em aulas públicas, como privadas.

Para as disciplinas de aritmética, objeto dessa pesquisa, pode-se citar, conforme Arriada (*s.d.*), o Compêndio aritmético ou tabuada curiosa para os meninos, impresso para Thomaz Ignácio da Silveira, impresso pela Tipografia do Diário de Porto Alegre, em 1827, e Exposição dos elementos d'aritmética para uso dos estudantes do Colégio de Santa Bárbara na cidade de Pelotas, pelo Diretor do Colégio, Antonio Luiz Soares, , sendo o 1º Volume do curso de instrução primária, impresso pela Tipografia de L. J. de Campos, em 1848 que, segundo Barreto (1986), foi o primeiro livro impresso em Pelotas, mesmo quando ainda não havia nenhum jornal naquela cidade.

Segundo Strelow (2016), entre 1827 e 1830, duas tipografias eram responsáveis pelos cinco periódicos em circulação: a Tipografia Rio-Grandense e a Tipografia de Silveira & Dubreuil, que depois passa a ser Tipografia C. Dubreuil & Cia. Ainda segundo a mesma autora, entre 1831 e 1835, surgem outras duas, a Tipografia de Fonseca & Cia. e a Tipografia V. F. Andrade. Assim, conforme conclui Strelow (2016), em nove anos, já existiam ao menos quatro Tipografias na capital, responsáveis pela impressão de 24 periódicos, 28 folhetos e alguns livros.

Paulatinamente, Porto Alegre tornou-se uma cidade capaz de produzir uma grande quantidade de impressos, superando, em alguns períodos, a produção paulistana de periódicos, sendo a pioneira na publicação de livros (Strelow, 2016). Interessante notar, que tal emergência de impressos parece contraditória em relação às precárias condições de exercício do magistério, que geravam inúmeros obstáculos ao

desenvolvimento da instrução pública na Província como um todo, e na capital em particular (Gomes, 2012).

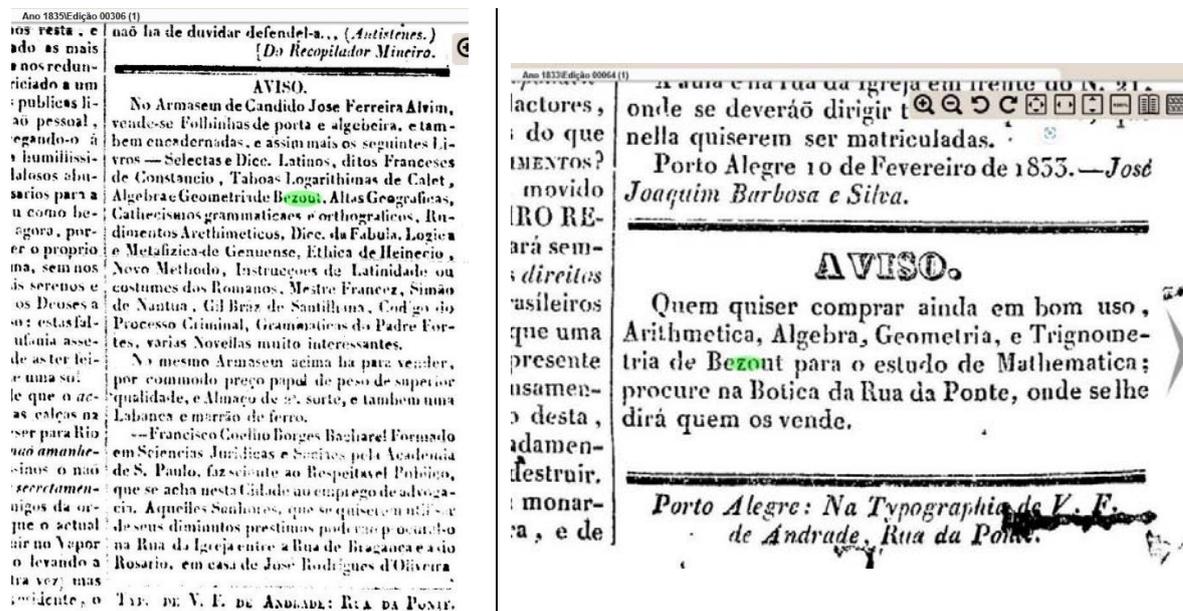
Na Tipografia de V. F. de Andrade, que também imprimia o jornal “O Recopilador Liberal”, o professor Coruja publicou, em 1835, o Compendio de Grammatica da Língua Nacional dedicado à mocidade rio-grandense, que foi anunciado nesse periódico com a devida indicação das lojas e botica onde podia ser encontrado.

Segundo Gomes (2012), no que diz respeito ao mercado livreiro da época, não há nenhuma referência a estabelecimentos denominados loja de livros. Assim, as Tipografias eram os locais mais especializados nesse tipo de produto na capital rio-grandense. Portanto, ainda como aponta Gomes (2012), além de vendidos nas Tipografias, os livros escolares eram comercializados em lojas, armazéns e boticas, juntamente com os compêndios, as gramáticas, os catecismos, os dicionários, entre outras publicações variadas.

Diversos anúncios nos jornais da época oferecem várias obras utilizadas na formação dos jovens estudantes. Para Strelow (2016), os anúncios permitem conhecer mais sobre o ambiente da cultura letrada da capital, qual literatura estava disponível e onde era comercializada.

A Figura 15, a seguir, apresenta dois anúncios, publicados no jornal “A Federação” que evidenciam a oferta de livros escolares em estabelecimentos comerciais no período.

Figura 14 - Anúncios de livros à venda em estabelecimentos comerciais publicados, no jornal “A Federação”, na década de 1840



Fonte: Hemeroteca Digital/Biblioteca Nacional

Nesse caso, comprovam a preocupação do comércio local em ofertar aos estudantes os livros necessários às aulas existentes. Nesse contexto os livros destinados aos escolares, como o compêndio aritmético, elaborado pelo professor Thomaz Ignacio da Silveira, entre outros, cumpriam a função de auxiliar as instituições de ensino na construção da cultura nacional, e o papel de formar o leitor (Strelow, 2016).

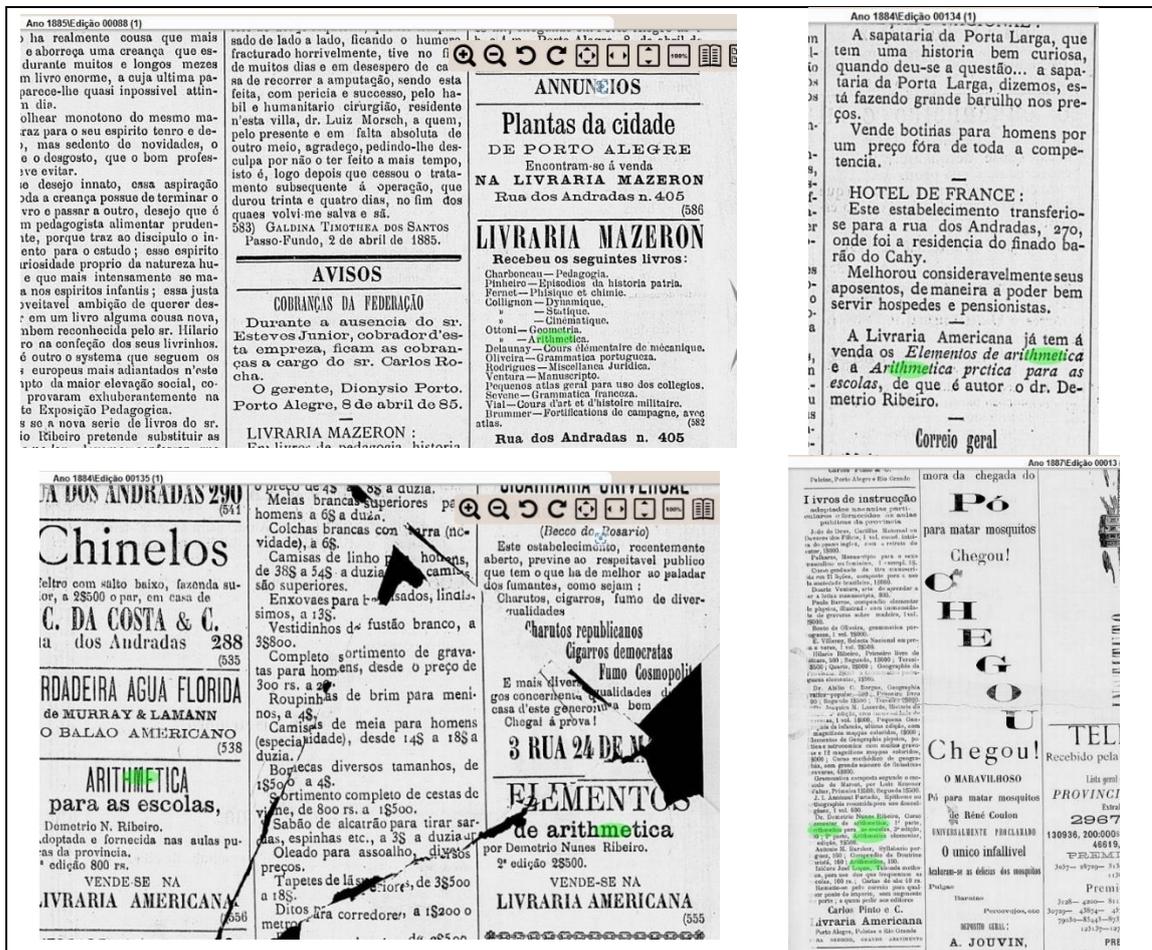
É interessante notar que, conforme aponta Schneider (1993), alguns dos livros e autores anunciados através dos periódicos em 1835, viriam a constar das listagens dos compêndios exigidos pelo Lyceu, em 1851, como a *Arithmetica* por Bezout, e a *Grammatica Ingleza* por Constancio. Entre 1838 e 1843 praticamente desapareceram os anúncios de livros ou impressos de escolas ou professores na capital, indícios dos efeitos da guerra (Gomes, 2015).

Segundo Arriada (2016), a produção de livros escolares no Rio Grande do Sul, consolidou-se ao longo do século XIX, mas foi a partir da década de 80 que passou a haver a produção, a distribuição e, principalmente, da adoção de textos escolares na Província.

Ainda, conforme Arriada (2016), diversas casas editoriais foram criadas, buscando disputar ou ao menos produzir livros tentando romper o domínio das editoras do centro do país. Nesse contexto, duas casas tiveram papel fundamental no processo de produção e distribuição de livros escolares na Província: a Livraria Americana, de Carlos Pinto, fundada em 1871, na cidade de Pelotas, com filiais em Porto Alegre (1879) e Rio Grande (1885); e a Livraria Universal de Carlos e Guilherme Echenique, fundada em 1887, em Pelotas, com filiais em Porto Alegre (1891) e Rio Grande (1908).

A Figura 16, a seguir, apresenta alguns anúncios publicados no jornal “A Federação”, no quais pode-se verificar que as livrarias passaram a monopolizar o comércio de livros, na década dos 1890.

Figura 15 - Anúncios de livros à venda em livrarias, publicados no jornal “A Federação”, na década de 1840.



Fonte: Hemeroteca Digital/Biblioteca Nacional

Conforme Arriada (2016) grande parte das editoras no século XIX, dedicavam-se a editoração de obras de cunho literário e científico, enquanto, secundariamente, editavam obras didáticas. Aos poucos, entretanto, esta realidade foi mudando. Surgem algumas editoras voltadas quase que exclusivamente para o campo editorial didático, caso, por exemplo, das editoras Rodolfo José Machado, Livraria Selbach (1988), Rotermund (Arriada, s.d.).

Lajolo; Zilberman (2003) e Arriada (2016) concordam que, devido ao processo de escolarização, passou a haver um aumento importante no número de livros escolares produzidos. Assim, antes considerado um primo-pobre da literatura, porque seu texto tornava-se descartável com o passar do tempo, para as editoras os livros escolares representavam o “primo-rico”, pois sua venda era certa, tornando-se o ponto de partida na constituição de um mercado livreiro.

O Quadro 05 mostra uma relação de livros de aritmética editados que circularam no Rio Grande do Sul no Império, e respectivas editoras.

Conforme o Quadro 05, observando a evolução ano a ano dos títulos e número de obras publicadas, pode-se perceber que, na grande maioria, as obras identificadas foram editadas na Província de São Pedro, principalmente nas cidades de Porto Alegre e Pelotas, nas quais se localizavam as principais tipografias e, mais tarde, livrarias/editoras do Rio Grande do Sul.

Percebe-se, também, que as primeiras obras foram impressas em tipografias responsáveis pela produção de jornais da época, como a Tipografia do Diário de Porto Alegre, a Tipografia de Luiz José de Campos, responsável pelo jornal “O Noticiador” e a Tipografia do Jornal O Commercio.

Há apenas duas obras editadas na Europa, na lista, mais especificamente na cidade do Porto (Portugal), mas foi possível identificar apenas a editora de uma delas, a Typographia de Sebastião José Pereira.

Quadro 05 - Relação das obras e respectivas editoras

Obra	Autor(es)	Ano	Local	Editora
Compêndio arithmetico ou taboada curiosa para os meninos	Thomaz Ignácio da Silva	1827	Porto Alegre	Tipografia do Diário de Porto Alegre
Exposição dos elementos d'arithmetica para uso dos estudantes do Colégio de S. Bárbara	Antonio Luis Soares	1848	Pelotas	Tipografia Luiz José de Campos
Arithmetica para meninos	Antonio Alves Pereira Coruja	1850	Rio de Janeiro	Não foram localizadas informações
Tratado dos Principios de Arithmetica segundo o método Pestalozzi	José Ramos Paz	1859	Porto (Portugal)	Typographia de Sebastião José Pereira
Taboada segundo o método Pestalozzi	José Ramos Paz	1859	Porto (Portugal)	Não foram localizadas informações
Resumo de Arithmetica	Bernardo Taveira Júnior	1860	Porto Alegre	Tipografia Brasileira-alemã
Resumo de Arithmetica	Francisco de Paula Soares Frederico Adao Carlos Hoefer	1860	Porto Alegre	Tipografia Brasileira-alemã
Noções de geometria prática: para uso das escolas de instrução elemental	Vasco de Araujo e Silva	1869	Porto Alegre	Typographia Do Jornal do Commercio
Arithmetica	Diogo Francisco Cardoso	1869	Porto Alegre	Não foram localizadas informações
Segunda Arithmetica para Meninos	José Teodoro Souza Lobo	1870	Porto Alegre	Livraria editora Rodolfo José Machado
Primeira Arithmetica para Meninos	José Teodoro Souza Lobo	1874	Porto Alegre	Livraria editora Rodolfo José Machado
Arithmetica para Meninos	José Teodoro Souza Lobo	1879	Porto Alegre	Typographia da Deutsche Zeitung
Rechenfibel: primeiro livro de arithmetica	Wilhelm Rotermund H. Nack	1879	São Leopoldo	Evangelische Buchandlung
Curso Elemental de Arithmetica 1ª Parte	Demétrio Ribeiro	1881	Pelotas	Typographia da Livraria Americana
Curso Elemental de Arithmetica 2ª Parte	Demétrio Ribeiro	1882	Pelotas	Typographia da Livraria Americana
Elementos de Arithmetica	Demétrio Ribeiro	1882	Pelotas	Typographia da Livraria Americana
Arithmetica Comercial	Francisco José de Mattos Abreu	1883	Rio Grande	Tipografia do Artista
Licções de Arithmetica	Luiz Celestino de Castro	1883	Porto Alegre	Livraria Editora Rodolfo José Machado
Arithmetica para as escolas	Demétrio Ribeiro	1884	Pelotas	Typographia da Livraria Americana
Arithmetica Practica	Arno Ernst	1884	Rio Grande	Não foram localizadas informações
Compendio de Arithmetica	Cristiano Benedito Ottoni	1885	Rio de Janeiro	Laemmer & Cia
Elementos de Arithmetica Redigidos Conforme o Programa dos Lyceus	Augusto José da Cunha	1885		Livraria de A. M. Pereira
Rudimentos arithmeticos ou taboadas de somar, diminuir, multiplicar e dividir, com as principais regras dos quebrados e decimais	Antônio Maria Barker	1886	Rio de Janeiro	Não foram localizadas informações
Taboada Methodica	Izidoro José Lopes	1887	Sem local	A Federação

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Com base no número de obras e de editoras identificadas, e sua concentração em cidades como Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, conforme o Quadro 05, corrobora-se o que afirma Arriada (2016), quanto à incipiência do comércio livreiro, e concentração da venda, circulação e publicação de livros nas grandes cidades.

Ainda, com base nas publicações apresentadas, também se corrobora que a livraria tinha um significado mais amplo do que conhecemos atualmente, representando um local que não vendia apenas livros, mas era, ao mesmo tempo, local onde se comercializavam outros produtos, como artigos de papelaria, tintas, porcelana, chás, tecidos, cadernos etc. (Arriada, 2016)

Arriada (2016) também aponta a existência de editoras voltadas quase que exclusivamente à produção de livros escolares, como as editoras: Rodolfo José Machado, e Rotermund (ambas as editoras identificadas no Quadro 05, sendo que a editora Rotermund, apontada por Arriada (2016) está presente no Quadro 05 como Evangelische Buchandlung).

Arriada (2016) justifica a existência dessas editoras ao processo de escolarização, que ocasiona um aumento significativo de livros escolares, em particular, aqueles aprovados pelo Conselho da Instrução Pública, cuja tiragem era mais volumosa, proporcionando maior lucratividade.

Ainda, segundo Arriada e Fonseca (2014), uma parte dos pensadores liberais do final do século XIX, buscavam, incessantemente, conhecer e transformar o Brasil numa nação como as europeias, em que a identidade nacional ocupava papel central. Dessa forma, a educação passou a ser vista como instrumento vital para o desenvolvimento do país, tendo como bases a alfabetização, o nacionalismo, o laicismo, o anticlericalismo, o papel do Estado e a valorização do país.

Ainda, segundo Arriada e Fonseca (2014), as autoridades passam a determinar o que deveria ser ensinado e quais textos eram permitidos, por meio dos Conselhos de Instrução Pública, o que, de certa forma, influenciava a tiragem e venda de alguns livros e autores, em particular autores gaúchos, editados por editoras do Rio Grande do Sul.

Por fim, este capítulo apresentou o desenvolvimento da pesquisa, buscando identificar as obras circulantes no período Imperial na Província de São Pedro, e seus respectivos autores e editoras responsáveis pela sua produção e comercialização. A seguir, no capítulo 6, são apresentadas as conclusões do trabalho e sugestões para trabalhos futuros, a partir dos resultados encontrados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse período (1822-1889), o Brasil busca forjar o caráter da nação, e passa a, paulatinamente, a realizar investimentos na formação da população. Enquanto em centros, como na capital, a cidade do Rio de Janeiro bem como nas províncias de São Paulo e Minas Gerais, houve, naturalmente, uma maior percepção dos impactos do processo de formação da população. Maiores investimentos, acesso a recursos escolares importados da Europa, fizeram com que esse processo não fosse distribuído de forma homogênea ao longo do território brasileiro.

Na Província de São Pedro, em particular, esse processo de “letramento” começou tardiamente, quando comparado aos demais centros, mais avançados. Isto pode ser observado na distribuição dos livros escolares circulantes na Província, ao longo do período imperial, cuja concentração aconteceu na metade final do período, conforme apresentado na figura 02.

Assim, este trabalho propôs-se a responder a seguinte questão de pesquisa: **“como se deu o processo de produção e circulação de livros escolares de aritmética na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul no período do Império?”**

Para responder tal questão, perseguiu-se, como objetivo geral, **“identificar os livros escolares de Aritmética que circularam na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul no período do Império (1822-1889)”**.

A partir dos resultados de uma Revisão Sistemática de Literatura, desenvolvida no escopo desse trabalho, não foram identificados trabalhos que tenham almejado esse objetivo, demonstrando a originalidade desse trabalho, quanto aos seus objetivos e resultados obtidos.

Importante destacar que, a partir do modelo proposto por Darnton (1990), o Circuito das Comunicações, buscou-se identificar os autores, gráficas e os distribuidores/livreiros, responsáveis pela circulação dos livros escolares de aritmética na Província do Rio Grande do Sul, sem perder de vista os contextos social, educacional, político e econômico do período Imperial Brasileiro.

Nesse sentido, a partir de uma pesquisa bibliográfica em trabalhos acadêmicos, evidências das obras circulantes no período de interesse. Foram identificadas, ao final, 24 livros escolares, de 19 autores, editados principalmente na Província, predominantemente nos municípios de Porto Alegre e Pelotas.

Essas obras foram localizadas em sites como o da Hemeroteca Digital, anúncios em periódicos da época, anúncios de casas editoriais da Região, assim como foi realizada busca em bibliotecas físicas como a Biblioteca Pública de Pelotas, Biblioteca Pública de Rio Grande, CEDOC- Centro de Estudos e Investigações em História da Educação, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Biblioteca Pública do Rio Grande do Sul.

Deve-se registrar, ainda, a dificuldade de acessar as obras aqui localizadas. Alguns frontispícios foram obtidos, majoritariamente a partir de pesquisas na internet, e a partir de acervos pessoais e de grupos de pesquisa, enquanto a grande maioria não foi possível acessar. Isto pode ser considerada uma das dificuldades mais relevantes para a realização desse trabalho e pode indicar o pouco apreço dado aos livros escolares, historicamente, como artefatos de valor histórico.

Quanto aos autores, eram figuras de notório saber, na maioria professores de “aulas avulsas” ou escolas de instrução pública ou particulares que produziram livros, cartilhas, compêndios ou manuais que serviam, inicialmente, como texto base para o ensino de aritmética pelos próprios ou por outros professores, como menor notoriedade e, algumas vezes, parca formação. Os livros, por sua vez, tinham, num primeiro momento, o objetivo principal orientar os professores no processo de ensino, organizando e sistematizando os conteúdos.

As tipografias, em que eram impressos os jornais, eram responsáveis pela produção dos livros escolares. A tiragem era pequena e os livros eram vendidos em armazéns e boticas, junto a outras mercadorias. Sua disponibilidade era anunciada nos próprios jornais, em meio a outros anúncios. Lentamente, com a organização do ensino, quer seja por iniciativa do Império, quer seja por iniciativa dos republicanos, houve um aumento na variedade e tiragem dos livros escolares. Livrarias, casas

comerciais especializadas, passaram a comercializá-los na Província, de forma idêntica como já realizado nos grandes centros. Ao todo, foram identificados 11 estabelecimentos, entre tipografias e editoras que produziram e comercializaram as obras identificadas. Desses, nove localizavam-se na Província, uma em Portugal e uma no Rio de Janeiro.

O aumento no número de obras publicadas, em especial na segunda metade do período imperial, conforme notado, pode ser relacionado a alguns fatores: o primeiro, diz respeito ao final da Revolução Farroupilha, período de estagnação da economia da Província e, conseqüentemente da produção de livros; a Lei de Instrução Pública, de 1827, que buscou organizar o ensino no Império e previa o estabelecimento de escolas públicas e a compra e fornecimento de livros escolares pelo governo; e o surgimento das escolas normais, que passaram a incluir as meninas como beneficiárias da educação.

Outro aspecto que vale menção é o fato de os livros produzidos nesse período passaram por uma mudança quanto ao objetivo. Se inicialmente tinham como foco o professor, passaram a ser elaborados com o aluno como objetivo, uma vez que passaram a incluir exercícios que tinham como foco o aprendizado.

Além disto, antes tidos como obras de baixa demanda e pequena lucratividade, o aumento da demanda pelos livros escolares fez com que passassem a ser considerados “produtos” de interesse para as editoras e livrarias, dada a boa lucratividade que proporcionavam. Com relação à Lei de Instrução Pública, de 1827, foram criados mecanismos de avaliação e indicação dos livros que deveriam ser utilizados pelas escolas públicas. Esse processo caracterizou a intervenção do estado no processo educacional da época.

Ao final deste trabalho, cabe ressaltar que os objetivos geral e específicos, propostos no Capítulo 1, foram atingidos. Buscou-se, além da identificação das obras circulantes, caracterizar o processo de circulação dessas obras, tomando como base o modelo de Darnton (1990), que identifica os atores e dinâmicas do processo de circulação do conhecimento.

Dessa forma, foram identificados, com base no contexto local (Província de São Pedro do Rio Grande do sul) e do período (Brasil Imperial), autores, editores e “público”, a quem os livros se destinavam, e que sofreram mudanças ao longo dos anos.

Como contribuição principal, entende-se que esse trabalho possa fornecer uma visão da história do ensino de matemática sob a ótica do processo de circulação dos livros escolares, a partir de seus atores, buscando relacioná-lo ao contexto histórico, do ponto de vista social, econômico e político.

Por fim, a partir dos resultados e experiências do trabalho ora desenvolvido, pode-se especular que pesquisas acerca das transformações didáticas e pedagógicas no ensino da aritmética podem representar uma lacuna científica relevante e emergente no campo da História da Educação Matemática.

Referências

ALVES, Antonio Mauricio Medeiros. Livros didáticos integrados para o ensino primário gaúcho: uma análise da abordagem das operações aritméticas da soma e subtração (1960-1978). **Jornal Internacional de Estudos em Educação Matemática**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 55–63, 2018. Disponível em: <https://jjeem.pgsscogna.com.br/jjeem/article/view/4695>. Acesso em: 4 nov. 2024.

ARRIADA, Eduardo. **A educação secundária na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**: a desoficialização do ensino público. 2007. 372 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

ARRIADA, Eduardo. Livrarias e editoras no Rio Grande do Sul: o campo editorial do livro didático. *In*: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 35., 2012, Porto de Galinhas. **Anais [...]**. . Porto de Galinhas: ANPEd, 2012. Disponível em: https://anpedco.anped.org.br/sites/default/files/gt02-1745_int.pdf. Acesso em: 4 nov. 2024.

ARRIADA, Eduardo; NOGUEIRA, Gabriela Medeiros. Produção, circulação e uso de textos escolares e livros de leitura na escola elementar gaúcha. **Historia de la Educación Anuario**, Ciudad autonoma de Buenos Aires, v. 15, n. 2, p. 168-187, 2014. Disponível em: https://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2313-92772014000200008&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 11 nov. 2024.

ARRIADA, Eduardo; TAMBARA, Elomar (org.). **Leis, atos e regulamentos sobre educação no período imperial na província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Brasília: SBHE INEP, 2004.

ARRIADA, Eduardo; VALLE, Hardalla Santos do. A falta de homens de Letras: a educação no continente de São Pedro do Rio Grande do Sul (1770-1834). **Revista HISTEDBR On-line**, n. 45, p. 36-48, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640134/7693>. Acesso em: 4 nov. 2024.

BARRETO, Abeillard. **Primórdios da imprensa no Rio Grande do Sul (1827-1850)**. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, Subcomissão e Publicações e Concursos, 1986.

BERTHOLDO, Delma Tânia. **Livros didáticos de Aritmética na imigração italiana do Rio Grande do Sul (1875-1905)**. 2020. 152 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ensino de Matemática, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Alain Choppin e seu legado como historiador e educador. *In*: MORTATTI, Maria do Rosário Longo; FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva (org.). **História do ensino de leitura e escrita**: métodos e

material didático. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 43-60.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e conhecimento histórico**: uma história do saber escolar. 1993. 383 f. Tese (Doutorado) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e saber escolar (1810-1910)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.

BORGES, Angélica. José Ramos Paz. *In*: VALDEZ, Diane *et al* (org.). **Dicionário de autoras(es) de cartilhas e livros de leitura no Brasil [século XIX]**. Goiânia: Cegraf UFG, 2023. p. 617-627.

CARVALHO, José M. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

CARVALHO, Rosália Policarpo Fagundes de. **A aritmética no ensino primário de Brasília (1957-1970)**. 2017. 230 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática, Universidade Anhanguera de São Paulo, São Paulo, 2017.

CASTRO, Renata Brião de; BELUSSO, Gisele. Francisco de Paula Soares. *In*: VALDEZ, Diane *et al* (org.). **Dicionário de autoras(es) de cartilhas e livros de leitura no Brasil [século XIX]**. Goiânia: Cegraf UFG, 2023.

CAZORLA, Irene Maurício; SANTANA, Eurivalda Ribeiro dos Santos.; UTSUMI, Miriam Cardoso. O campo conceitual da média aritmética: uma primeira aproximação conceitual. **REVEMAT**, Florianópolis, v.14, Edição Especial Educação Estatística, p.1-21, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revemat/article/view/1981-1322.2019.e62827>. Acesso em: 4 nov. 2024.

CHARTIER, R. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. 2.ed. Brasília: UnB, 2011.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.3, p. 549-566, set./dez. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/GNrkGpgQnmdcxwKQ4VDTgNQ/>. Acesso em: 4 nov. 2024.

CHOPPIN, Alain. Pasado y presente de los manuals escolares. Traduzido por Miriam Soto Lucas. *In*: ERRIO, Julio Ruiz (org.). **La cultura escolar de Europa**: tendências históricas emergentes. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2000.

CLARK, Jorge Uilson. O desenvolvimento da política provincial e da educação no período de transição do Império para a República. **Revista HISTEDBR On-line**, Coleção Navegando na História da Educação Brasileira, 2006. Disponível em: <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos/o-desenvolvimento-da-politica-provincial-e-da-educacao-no-periodo-de-transicao-do>. Acesso em: 4 nov. 2024.

CORUJA, Antonio Alves Pereira. Antigualhas: reminiscências de Porto Alegre (1881-1890). Porto Alegre, UE/Porto Alegre, 1996. *apud* BASTOS, Maria Helena Camara. A escola e o ensino em Porto Alegre, RS: antigualhas do Professor Coruja. **UNIrevista**, v.1, n.2, 2006.

CORRÊA, Carlos Humberto Alves. A política de adoção e circulação do livro escolar no Amazonas (1852-1910). *In*: DUARTE, Raimunda Dias; BARZOTTO, Valdir Heitor; SOUSA, Deusa Maria de; RIBEIRO, Joyce Otânia Seixas (org.). **A história do livro na Amazônia: da escrita em pedra à tela do computador**. Porto Alegre: Editora Fi, 2021. p. 105-126.

CORREIA, Nickson Deyvis Silva; SANTOS, Viviane de Oliveira. Álgebra e aritmética em livros didáticos de 1879 a 1995. **Boletim Cearense de Educação e História da Matemática**, [S. l.], v. 7, n. 20, p. 44–56, 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/BOCEHM/article/view/2811>. Acesso em: 4 nov. 2024.

COSTA, David Antonio da. Análise da Primeira Arithmetica para Meninos de José Theodoro de Souza Lobo. *In*: CONFERÊNCIA INTERAMERICANA DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 13., 26 a 30 de junho de 2011, Recife (PE). **Anais [...]**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2011. Disponível em: https://xiii.ciaem-redumate.org/index.php/xiii_ciaem/xiii_ciaem/paper/viewFile/1121/657. Acesso em: 4 nov. 2024.

COSTA, David Antonio da. Aritmética escolar pelos livros didáticos dos grupos escolares de São Paulo: fim do século XIX e início do século XX. **Revista Diálogo Educacional**, [S. l.], v. 11, n. 34, p. 731–750, 2011. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/4483>. Acesso em: 4 nov. 2024.

DARNTON, Robert. **A questão dos livros: presente, passado e futuro**. Tradução: Daniel Pellizari. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DREHER, Martin N. **Wilhelm Rotermund: seu tempo, suas obras**. São Leopoldo: Oikos, 2014.

DYNNIKOV, Circe Mary Silva da Silva. A escola normal na província de São Pedro do Rio Grande do Sul e os saberes matemáticos para futuros professores (1869-1889). **Revista de História da Educação Matemática**, [S. l.], v. 2, n. 3, 2016. Disponível em: <https://histemat.com.br/index.php/HISTEMAT/article/view/103>. Acesso em: 5 mar. 2024.

FARIAS, Kátia Sebastiana C. dos Santos. Práticas aritméticas na formação de professores da Escola Normal da Província do Rio de Janeiro. **Educação: teoria e**

prática, [S. l.], v. 26, n. 51, p. 112–125, 2016. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/9750>. Acesso em: 4 nov. 2024.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX. *In*: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (org.). **500 anos de educação no Brasil**. 4.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 135-150.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. Livros de leitura de Abílio César Borges: ideários pedagógicos, produção e circulação. *In*: SCHWARTZ, Cleonara Maria; PERES, Eliane; FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva (org.). **Estudos da história da alfabetização e da leitura na escola**. Vitória: EDUFES, 2010.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. A circulação do livro escolar no Brasil oitocentista. *In*: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 28., 2005, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPEd, 2005. Disponível em: <https://anped.org.br/wp-content/uploads/2024/05/gt02-194-intok.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2024.

GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. Porto Alegre torna-se uma cidade capaz de produzir impressos (1827-1855). *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL DA CIDADE, 1., Porto Alegre, 2015. **Anais [...]**. Porto Alegre: UFRGS, 2015. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/gthistoriaculturalrs/10CDCCarlaRenataSouzaGomes.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2024.

GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. **Entre tinteiros e bagadus: memórias feitas de sangue e tinta: a escrita da história em periódicos literários porto-alegrenses do século XIX (1856-1879)**. 2012. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

GONÇALVES, Mariana Couto. *A vida e a obra do escritor Bernardo Taveira Junior (1836-1892)*. **Patrimônio e Memória**, São Paulo, v. 11, n.2, p. 217-232, 2015. Disponível em: <https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/508>. Acesso em: 4 nov. 2024.

GONÇALVES, Dilza Porto. **A instrução pública, a educação da mulher e a formação de professores nos jornais partidários de Porto Alegre/RS (1869-1937)**. 2013. 307 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

GOUGH, David; OLIVER, Sandy; THOMAS, James. **An introduction to systematic reviews**. Los Angeles: SAGE, 2012.

HILZENDEGER, Maria Aparecida Maia. **“Primeira arithmetica para meninos” e a constituição de masculinidades na província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. 2009. 115f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INÁCIO, Marcilaine Soares. **O processo de escolarização e o ensino de primeiras letras em Minas Gerais (1825-1852)**. 2003. 221 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

KREUTZ, Lucio; ARENDT, Isabel Cristina. **Livros escolares das escolas de imigração alemã no Brasil (1832-1940)**. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2007. 1 DVD.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Ática, 2003.

LEPICK, Vanessa; CUNHA, Tania Rezende Silvestre; MORAES, Andréia Demétrio Jorge. A história da cartilha como objeto da cultura material escolar: um percurso metodológico. *In*: SANTOS, Sônia Maria dos; ROCHA, Juliano Guerra (org.). **História da alfabetização e suas fontes**. Uberlândia: Edufu, 2018. v.1. p.187-200.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **Território plural: a pesquisa em história da educação**. São Paulo: Ática, 2010.

MACIEL, Viviane Barros. **Da corte a província, do império a república, do colégio Pedro II ao Liceu de Goiás: dinâmicas de circulação e apropriação da matemática escolar no Brasil, 1856-1918**. 2012. 186 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2012.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. O decreto de Leôncio de Carvalho e os pareceres de Rui Barbosa em debate: a criação da escola para o povo no Brasil no século XIX. *In*: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (org.). **História e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2009. v. 2: século XIX. p. 91-103.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thaís Helena dos. Verbete: método lancasteriano. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <https://educabrasil.com.br/metodo-lancasteriano/>. Acesso em: 4 nov. 2024.

MORAES, Marcelo Amaral de; RIBEIRO, Ana Elisa Ferreira. O circuito das comunicações de Darnton: uma proposta atualizada para se analisar a produção e a circulação do livro. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 46., 2023, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: PUCMinas, 2023. Disponível em:

https://sistemas.intercom.org.br/pdf/link_aceite/nacional/11/0810202318592164d55db94b042.pdf. Acesso em: 4 nov. 2024.

MOREIRA, Simone Xavier. Os primórdios culturais e literários da “Princesa do Sul”. *In*: RUBIRA, Luís Eduardo Xavier (org.). **Almanaque do Bicentenário de Pelotas** Santa Maria: Pallotti, 2014. v.2. p.57-82.

MOREIRA, Nuno Miguel Magarinho Bessa. **A Revista de História (1912-1928):** uma proposta de análise histórico-história. 2012. 652 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2012.

NEVES, Fátima Maria. **O método Lancasteriano e o projeto de formação disciplinar do povo (São Paulo, 1808-1889)**. 2003. 293 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista, Assis/SP, 2003.

OLIVEIRA, Esmeralda Maria Queiroz de. **O uso do livro didático de matemática por professores do ensino fundamental**. 2007. 152 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2007.

PADOVAN, Regina Célia; HOEFER, Frederico Adão Carlos. *In*: VALDEZ, Diane *et al* (org.). **Dicionário de autoras(es) de cartilhas e livros de leitura no Brasil [século XIX]**. Goiânia: Cegraf UFG, 2023. p. 324-332.

PAIS, Luis Carlos. Traços históricos do ensino da aritmética nas últimas décadas do século XIX: livros didáticos escritos por José Theodoro de Souza Lobo. **Revista Brasileira de História da Matemática**, São Paulo, v. 10, n. 20, p. 127–146, 2020. Disponível em: <https://www.rbhm.org.br/index.php/RBHM/article/view/140>. Acesso em: 8 out. 2024.

PERES, Eliane. Carta de ABC, de Antonio Maria Barker (livraria Commercial, Pelotas, 1924). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 20, p. e020029, 2020. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8655650>. Acesso em: 10 nov. 2024.

PERES, Eliane; RAMIL, Chris (org.). **Produção e circulação de livros didáticos no Rio Grande do Sul nos séculos XIX e XX**. Curitiba: Appris, 2018.

PINHEIRO, Nara Vilma Lima. Um livro sob medida como instrumento do ensino de aritmética na escola primária. **BOLEMA** (Rio Claro), v. 35, p. 497-511, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/235198>. Acesso em: 4 nov. 2024.

PINTO, Helder. A Academia Politécnica do Porto (1837–1911), uma breve descrição. **Boletim da Sociedade Portuguesa de Matemática**, Portugal, n. 65, p. 40–42, 2011. Disponível em: <http://revistas.rcaap.pt/boletimspm/article/view/733>. Acesso em: 8 set. 2024.

POUBEL, Martha Werneck. **Os primeiros processos censitários brasileiros e o desenvolvimento da Matemática Estatística no Brasil de 1872 a 1938**. 2013. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2013.

RAMOS, Fernando Carvalho Ramos. **O livro e os recursos didáticos no ensino de Matemática**. 2006. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Ensino de Física e de Matemática) – Centro Universitário Franciscano, UNIFRA. Santa Maria, 2006.

FUNDÃO REIS, Rita de Cássia. Uma História sobre o livro didático no Brasil. **REMATEC**, Belém, v. 2, n. 3, p. 15–17, 2007. Disponível em: <https://www.rematec.net.br/index.php/rematec/article/view/416>. Acesso em: 2 fev. 2025.

SCHNEIDER, Regina Portella. **A instrução pública no Rio Grande do Sul 1770-1889**. Porto Alegre: Ed. da Universidade / UFRGS: EST Edições, 1993.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Circe Mary Silva da. Livro aberto: uma análise histórica. **Perspectivas da Educação Matemática**, Campo Grande, v. 8, n. 18, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/pedmat/article/view/1433>. Acesso em: 4 nov. 2024.

SILVA, Circe Mary Silva. Friedrich Bieri e a matemática para o ensino primário nas escolas teuto-brasileiras. *In*: SEMINÁRIO TEMÁTICO. 11., 2014, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2014. p.1-22. Disponível em: https://xiseminariotematico.paginas.ufsc.br/files/2014/03/ASA3_Silva_-_Friedrich-Bieri-e-a-matem%C3%A1tica-para-o-ensino-prim%C3%A1rio_DAC.pdf. Acesso em: 4 nov. 2024.

SILVA, Circe Mary Silva da; RIPE, Fernando. **Aspectos históricos e educativos de um livro de aritmética no Sul do Brasil Imperial**. (no prelo)

SILVA, Circe Mary Silva da. **Germanidade e matemática escolar no sul do Brasil**. Formiga (MG): Editora Union, 2024.

SILVA, Circe Mary Silva da. Noções de geometria prática de Vasco de Araujo e Silva. **VIDYA**, Santa Maria, v. 39, n. 2, p. 477-493, jul./dez., 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/207311>. Acesso em: 4 nov. 2024.

SILVA, Circe Mary Silva da. O livro didático de matemática no Brasil no século XIX. *In*: FOSSA, John A. (org.). **Facetas do diamante: ensaios sobre educação matemática e história da matemática**. Rio Claro: SBHmat, 2000.

SILVA, Circe Mary Silva da. Os positivistas gaúchos e o ensino da Matemática. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL HISTEDBR, 4., 1997, Campinas. **Anais [...]**. Campinas: Unicamp, 1997. Disponível em: https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario4/trabalhos.htm. Acesso em: 4 nov. 2024.

SILVA, Circe Mary Silva da. Transferências e apropriações de saberes: Friedrich Bieri e a matemática para o ensino primário. **História da Educação**, Porto Alegre, v. 19, n. 45, p. 43-66, jan./abr. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/heduc/a/7J9VHyvMJxyWY5wHGnQkspt/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 4 nov. 2024.

SILVA, Circe Mary Silva da. Wilhelm Rotermund (1843-1925) vivendo em duas culturas. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, v. 16, n. 4, p. 94-122, dez. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v16i4.751>. Acesso em: 28 set. 2024.

SILVA, Marcos. **Educação escolar na época do império brasileiro**. São Cristóvão/SE: Universidade Federal de Sergipe, CESAD, 2009.

SILVA, Maria Célia Leme da, VALENTE, Wagner Rodrigues. Aritmética e geometria nos anos iniciais: o passado sempre presente. **Educação em Questão**, Natal, v. 47, n.33, p.178-206, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/160848>. Acesso em: 4 nov. 2024.

SOUSA, Angélica Silva de; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES, Laís Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 43, p. 64-83, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336>. Acesso em: 2 out. 2024.

SOUZA, José Edimar de. O ensino primário na província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1888): documentos para compor uma história da educação de São Leopoldo. **História UNICAP**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. p. 224–235, 2015. Disponível em: <https://www1.unicap.br/ojs/index.php/historia/article/view/429>. Acesso em: 28 maio 2023.

STRELOW, Aline. Primórdios da imprensa literária no Rio Grande do Sul: a história do jornal O Guayba. **Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 39, n. 2, 2016. Disponível em: <https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/view/2432>. Acesso em: 21 out. 2024.

TAMBARA, Elomar. **Positivismo e educação: a educação no Rio Grande do Sul sob o Castilhismo**. Pelotas: Ed. Universitária/UFPel, 1995.

TAMBARA, Elomar. Livros de leitura nas aulas de primeiras letras no Rio Grande do sul no século XIX. **Revista Educação em Questão**, [S. l.], v. 31, n. 17, 2008.

Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/3906>.

Acesso em: 11 nov. 2024.

TAMBARA, Elomar. Trajetórias e natureza do livro didático nas escolas de ensino primário no século XIX no Brasil. **Revista História da Educação**, [S. l.], v. 6, n.11, p. 25–52, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30597>.

Acesso em: 11 nov. 2024.

TEIXEIRA, Vanessa Barrozo. **A instrução da mocidade rio-grandina: o ensino secundário na cidade do Rio Grande/RS (1850-1889)**. 2017. 385 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

TRINDADE, Iole Maria Faviero. **A invenção para uma nova ordem para as cartilhas: ser maternal, Nacional e Mestra: queres ler?**. 2001. 524 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski; FISCHER, Velcidina Rodrigues Chagas. A aritmética nos cadernos de classe do ensino primário dos Hornburg (1950-1968).

Revista de História da Educação Matemática, Florianópolis, v. 12, p. 148-162, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revemat/article/view/1981-1322.2017v12n2p148>. Acesso em: 4 nov. 2024.

VILAS BOAS, Pedro. **Notas sobre a bibliografia sul-rio-grandense**. Porto Alegre: A nação, 1974.

XAVIER, Itamaragiba Chaves. O projeto de instrução pública da República Rio-grandense (1836-1845). **Revista Didática Sistemática**, Rio Grande, v. 8, p. 281-294, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/redis/article/view/1329>. Acesso em: 4 nov. 2024.

ZACHEU, Aline Aparecida Pereira; CASTRO, Laura Laís de Oliveira. Dos tempos imperiais ao PNLD: a problemática do livro didático no Brasil. In: JORNADA DO NÚCLEO DE ENSINO DE MARÍLIA, 14., 2015. **Anais [...]**. Marília, SP: UNESP, 2015. Disponível em:

<https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/jornadadonucleo/dos-tempos-imperiais-ao-pnld--a-problematica1.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2024.

ZUIN, Elenice de Souza Lodron. **Por uma nova arithmetica: o sistema métrico decimal como um saber escolar em Portugal e no Brasil oitocentistas**. 2007. 320 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.